



**PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE
LAGOA SANTA - MG**

Concorrência Pública nº 005/2017

Contrato de Prestação de Serviço Nº 001/2018

**Produto 1 – Plano de Trabalho e Plano de Comunicação e Mobilização
Social**

MAI/2018



SUMÁRIO

Lista de Figuras	vi
Lista de Quadros	vi
Lista de Anexos	vii
Abreviaturas e Siglas	viii
Glossário	ix
Apresentação	xiii
1. Introdução e Contextualização	15
1.1. Aspectos legais.....	17
1.2. Responsabilidades das partes envolvidas	21
1.2.1. Responsabilidades da Prefeitura Municipal.....	21
1.2.2. Responsabilidades da Consultora Contratada	23
2. Escopo do PMSB.....	25
3. Justificativa dos serviços a serem executados.....	27
4. Metodologia de elaboração do PMSB	30
4.1. Considerações Preliminares	30
4.2. Levantamento de dados	32
4.2.1. Instrumentos/procedimentos utilizados para levantamentos de dados	34
4.3. Fluxograma da condução do processo de aprovação dos Produtos do PMSB	36
4.4. Equipe técnica da empresa contratada.....	36
4.5. Detalhamento do conteúdo dos Produtos do PMSB.....	39
4.5.1. Produto 01: Plano de Trabalho, Programa de Mobilização Social e Programa de Comunicação Social.....	39



4.5.2. Produto 02: Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico	40
4.5.3. Produto 03: Prognósticos e Alternativas para Universalização dos Serviços	50
4.5.4. Produto 04: Programas, Projetos e Ações	50
4.5.5. Produto 05: Ações para Emergências e Contingências	51
4.5.6. Produto 06: Mecanismos e Procedimentos para Avaliação Sistemática do PMSB/Lagoa Santa.....	51
4.5.7. Produto 07: Termo de Referência para a Elaboração do Sistema Municipal de Informações sobre Saneamento Básico:	51
4.5.8. Produto 08: Relatório Final do PMSB/Lagoa Santa.....	52
5. Cronograma de atividades	53
6. Plano de Comunicação e Mobilização Social (PCMS)	54
7. Quem: atores e parceiros do PMSB	56
7.1. Comitê de Coordenação (CC)	56
7.2. Comitê Executivo (CE).....	57
7.3. Delegados.....	57
7.4. Sugestão de entidades a serem convidadas	58
8. Metodologias participativas (como comunicar)	63
8.1. Seminário.....	65
8.2. Oficinas.....	66
8.3. Debates	67
8.4. Audiências Públicas e Conferências Municipais	68
9. Cronograma dos eventos	71
9.1. Reunião de Partida	71



9.2. Reunião Municipal – Entrega do PRODUTO 1 (Plano de Trabalho, Plano de Comunicação e Mobilização Social).....	71
9.3. Reuniões Preparatórias	73
9.3.1. Região: Visão/Aeronautas/Sul/Sudoeste.....	73
9.3.2. Região: Vila Maria/Palmital/Vila Fagundes/Norte	74
9.3.3. Região: Lagoinha de Fora/Central/Sudeste.....	74
9.3.4. Região: Lapinha/Campinho/Noroeste.....	74
9.4. Conferências Municipais - Entrega do Produto 2 (Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico)	75
9.4.1. Região: Visão/Aeronautas/Sul/Sudoeste.....	75
9.4.2. Região: Vila Maria/Palmital/Vila Fagundes/Norte	75
9.4.3. Região: Lagoinha de Fora/Central/Sudeste.....	75
9.4.4. Região Lapinha/Campinho/Noroeste.....	75
9.5. Conferências Municipais – Entrega do Produto 3 (Prognósticos e Alternativas para Universalização dos Serviços).....	76
9.5.1. Região: Visão/Aeronautas/Sul/Sudoeste.....	76
9.5.2. Região: Vila Maria/Palmital/Vila Fagundes/Norte	76
9.5.3. Região: Lagoinha de Fora/Central/Sudeste.....	77
9.5.4. Região Lapinha/Campinho/Noroeste.....	77
9.6. Conferências Municipais – entrega do Produto 4 (Programa, Projetos e Ações) e Produto 5 (Ações para Emergências e Contingências).....	77
9.6.1. Região: Visão/Aeronautas/Sul/Sudoeste.....	77
9.6.2. Região: Vila Maria/Palmital/Vila Fagundes/Norte	78
9.6.3. Região: Lagoinha de Fora/Central/Sudeste.....	78
9.6.4. Região Lapinha/Campinho/Noroeste.....	78



9.7. Entrega do Produto 6 (Termo de Referência para Elaboração do Sistema Municipal de Informações sobre Saneamento Básico) versão digital para aprovação.....	79
9.8. Oficina – entrega do Produto 7 (Mecanismos e Procedimentos para Avaliação Sistemática do PMSB/Lagoa Santa).....	79
9.9. Consulta Pública (17/12 a 31/12).....	79
9.10. Audiência Pública (evento único).....	79
10. Como divulgar: instrumentos e estratégias	80
10.1. Cartaz	81
10.2. Folder/Panfleto.....	85
10.3. Carro de Som	87
10.4. Site da Prefeitura e mídias sociais.....	89
10.5. Whatsapp.....	90
10.6. Imprensa escrita – jornal e revista	91
10.7. Rádio	92
10.8. Convite (impresso e digital)	93
10.9. E-mail Marketing	94
10.10. <i>Press Release</i>	94
10.11. Faixa	95
10.12. Campanhas.....	96
11. Relatório da Primeira Reunião Pública	103
12. Referências Bibliográficas	105
13. Anexos	106



Lista de Figuras

Figura 1 - Fluxograma do processo de aprovação	36
Figura 2 - Gráfico esquemático da estrutura do PCMS de Lagoa Santa	55
Figura 3 - Audiência Pública	68
Figura 4 - Participação Social	70
Figura 5 - Reunião de Partida	71
Figura 6 - Apresentação do Plano de Trabalho	72
Figura 7 - Apresentação PCMS	73
Figura 8 - Modelos de Cartaz do PMSB de Lagoa Santa	83
Figura 9 - Cartaz das primeiras Conferências	84
Figura 10 - Folder Páginas Externas	86
Figura 11 - Folder Páginas Internas	86
Figura 12 - Modelo usado na página do Facebook	90
Figura 13 - Convite para reunião preparatória	91
Figura 14 - Tomadas Fotográficas da 1ª Reunião Pública	104

Lista de Quadros

Quadro 1 - Entidades representativas de Lagoa Santa	59
Quadro 2 - Vereadores de Lagoa Santa	60
Quadro 3 - Ficha de justificativas de escolhas técnicas para divulgação do lançamento do PMSB/Lagoa Santa	97
Quadro 4 - Ficha de justificativas de escolhas técnicas para divulgação da Conferência Pública para Apresentação do Diagnóstico da situação atual dos Serviços de Saneamento Básico de Lagoa Santa	98



Quadro 5 - Ficha de Justificativas de escolhas técnicas para Divulgação da Conferência Pública para apresentação das propostas de Ações e Programas para intervenção nos Serviços de Saneamento Básico de Lagoa Santa	100
Quadro 6 - Ficha de Justificativas de escolhas técnicas para Divulgação da Audiência Pública	102

Lista de Anexos

Anexo 1 - Minuta de notificação para fornecimento de informações	107
Anexo 2 - Cronograma de atividades	110
Anexo 3 - Decreto da instituição dos Comitês do PMSB	111
Anexo 4 - Matéria divulgada no <i>site</i> da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa	112
Anexo 5 - Lista de presenças da 1ª Reunião Pública	113
Anexo 6 - Arquivos em áudio da gravação da 1ª Reunião Pública do PMSB de Lagoa Santa	114
Anexo 7 - Áudio convite para a Reunião Preparatória na Escola Municipal da Lapinha	115
Anexo 8 - Áudio convite para Conferência na Escola Municipal da Lapinha	116



Abreviaturas e Siglas

APP - Área de Preservação Permanente.

PCMS - Plano de Comunicação e Mobilização Social.

PMSB - Plano Municipal de Saneamento Básico.

PPA - Plano Plurianual.

SAA - Sistema de Abastecimento de Água.

SES - Sistema de Esgotamento Sanitário.

SLU - Sistema de Limpeza Urbana.

SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento.

SMIS - Sistema Municipal de Informações sobre Saneamento.



Glossário

Área de preservação permanente: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

Área de risco: área especial que denota a existência de risco à vida humana e que necessita de sistema de drenagem especial, como encosta sujeita a deslizamentos, área inundável, área com proliferação de vetores, área sem infraestrutura de saneamento, etc.

Área periurbana: área que se localiza para além dos subúrbios de uma cidade. Espaço onde as atividades rurais e urbanas se misturam, dificultando a determinação dos limites físicos e sociais do espaço urbano e do rural. Resulta da implantação dispersa do povoamento urbano em meio rural. Aqui o tecido urbano surge de forma descontínua, a atividade agrícola é instável e assiste-se à implantação de indústrias e de alguns serviços. Na generalidade das áreas periurbanas, a densidade de ocupação humana registra valores reduzidos.

Controle de vetores: é o conjunto de programas cujo objetivo é evitar a proliferação das zoonoses, isto é, das doenças transmitidas ao homem por animais, tais como: raiva, leishmaniose, leptospirose, toxoplasmose, entre outras. São doenças consideradas típicas de áreas rurais, mas que, em função da interferência do homem no meio ambiente, manifestada na forma de desmatamento, acúmulo de lixo, circulação de animais, etc., aumentou a sua frequência de ocorrência em zonas urbanas.

Controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico.

Dolina: Uma conformação sob a forma de bacias para a qual convergem as águas de drenagem fluviais, formando, por vezes, áreas alagadiças e lagoas perenes ou temporárias.



Drenagem urbana e manejo das águas pluviais: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

Gestão associada: associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no art. 241 da Constituição Federal.

Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas.

Macro/mesodrenagem: sistema de drenagem que compreende basicamente os principais canais de veiculação das vazões, recebendo ao longo de seu percurso as contribuições laterais e a rede primária urbana, provenientes da microdrenagem. Considera-se como macro e mesodrenagem os cursos de água, galerias tubulares com dimensões iguais ou superiores a 1,20 m de diâmetro e galerias celulares cuja área da seção transversal seja igual ou superior a 1m².

Microdrenagem: sistema de drenagem de condutos pluviais em nível de loteamento ou de rede primária urbana, que constitui o elo entre os dispositivos de drenagem superficial e os dispositivos de macro e mesodrenagem, coletando e conduzindo as contribuições provenientes das bocas de lobo ou caixas coletoras. Consideram-se como microdrenagem as galerias tubulares com dimensões iguais ou superiores a 0,30m e inferiores a 1,20m de diâmetro e galerias celulares cuja área da seção transversal seja inferior a 1m².

Nascente: afloramento natural do lençol freático que apresenta perenidade ou não e dá início a um curso d'água.

Região Cárstica Mineira: caracterizada pela predominância do calcário na formação das rochas que compõem o grupo da Série Bambuí, propiciando a formação de um grande número de grutas que abrigam uma variedade de sítios arqueológicos e paleontológicos e de restos paleoameríndios, formando um ecossistema protegido por normas legais específicas. Seus maciços calcários, paredões, torres, dolinas,



sumidouros e ressurgências fazem desta área de proteção, um dos mais importantes sítios espeleológicos do país.

Plano Plurianual: instrumento de planejamento governamental de médio prazo, previsto no artigo 165 da Constituição Federal, regulamentado pelo Decreto nº 2.829, de 29 de outubro de 1998 e estabelece diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para um período de quatro anos, organizando as ações do governo em programas que resultem em bens e serviços para a população. É aprovado por lei quadrienal, tendo vigência do segundo ano de um mandato majoritário até o final do primeiro ano do mandato seguinte. Nele constam, detalhadamente, os atributos das políticas públicas executadas, tais como metas físicas e financeiras, produtos a serem entregues à sociedade, entre outros.

Salubridade ambiental: qualidade ambiental capaz de prevenir a ocorrência de doenças veiculadas pelo meio ambiente e de promover o aperfeiçoamento das condições mesológicas, favoráveis à saúde da população urbana e rural.

Saneamento: é o conjunto de ações, obras e serviços que tem por objetivo alcançar níveis crescentes e sustentáveis de salubridade ambiental.

Saneamento ambiental: é o nome que se dá ao conjunto de serviços e práticas que visam promover a qualidade e a melhoria do meio ambiente e contribuir para a saúde pública e o bem-estar da população.

Saneamento básico: conjunto de serviços e ações com o objetivo de alcançar níveis crescentes de salubridade ambiental, nas condições que maximizem a promoção e a melhoria das condições de vida nos meios urbanos e rurais, compreendendo o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos, a drenagem e o manejo de águas pluviais urbanas.

Sistema de Abastecimento de Água: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição.

Sistema de Esgotamento Sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, afastamento, recalque, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente.



Sistema de Limpeza Urbana: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas.

Sumidouro: Depressão natural típica de terrenos de origem calcária, na qual uma abertura permite o escoamento de águas fluviais perenes ou não, a águas pluviais, criando uma rede de escoamento em subsuperfície.

Sustentabilidade: termo usado para definir ações e atividades humanas que visam suprir as necessidades atuais dos seres humanos, sem comprometer o futuro das próximas gerações. Ou seja, a sustentabilidade está diretamente relacionada ao desenvolvimento econômico e material sem agredir o meio ambiente, usando os recursos naturais de forma inteligente para que eles se mantenham no futuro.

Universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico.



Apresentação

A partir da regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, instituiu-se, em 2001, o Estatuto da Cidade que estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Para uma maior compreensão das questões do saneamento básico, os legisladores entenderam necessário especificar ainda mais a regulamentação iniciada na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade, criando então a Lei Federal nº 11.445/07, sancionada em 5 de janeiro de 2007. Essa lei e o Decreto Federal nº 7.217/10, que a regulamenta, vêm estabelecer diretrizes sobre o saneamento básico intensificando a regulamentação de serviços que, em última instância, afetam diretamente a saúde das pessoas e o meio ambiente e por isso mesmo são considerados como bens essenciais, e como tais, constituem-se direito do povo e dever do estado.

A *Lei do Saneamento* trouxe nova disciplina para a gestão dos sistemas de saneamento básico, a qual inclui os processos de planejamento, prestação, regulação e monitoramento da eficácia e eficiência dos mesmos, exigindo tanto do titular quanto do prestador novas atribuições, direitos e obrigações. Entre as principais obrigações do Titular dos serviços, destaca-se a da elaboração do Planos Municipal de Saneamento Básico (PMSB) dotada de mecanismos que propiciem o controle social.

Ressalta-se ainda que, de acordo com a legislação vigente, a obtenção de financiamentos ou de recursos a fundo perdido, nos órgãos federais e estaduais, ficou atrelada à apresentação, por parte do Poder Público Municipal, do seu PMSB.

O Município de Lagoa Santa, como Titular dos serviços de saneamento - por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, assumiu a elaboração do componente que corresponderá ao principal instrumento de sua Política Municipal de Saneamento: o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de Lagoa Santa.

Como atribuição indelegável do titular dos serviços, o Plano deve ser elaborado com mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações, representação técnica e participação nos seus processos de formulação.



Apesar de ser dotada de um corpo profissional consistente, a prefeitura Municipal entendeu necessária a contratação de uma empresa para prestação de serviços técnicos especializados na elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB). A partir de processo licitatório, regido pelo edital de Concorrência Pública nº 005/2017 e pela Lei nº8.666/93, em 15/01/2018 a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, assinava contrato de prestação de serviços com a empresa *SHS Consultoria e Projetos de Engenharia Ltda.-EPP* cuja obrigação é apoiar o município na elaboração de seu PMSB, prestando os serviços previstos no Termo de Referência, anexado ao contrato.

Ademais, sempre é bom destacar que o PMSB não deve ser considerado mera obrigação legal, mas sim um poderoso instrumento na formulação da política setorial local, na gestão dos serviços dos quatro setores e na captação de recursos econômico-financeiros para o município.



1. Introdução e Contextualização

O Plano Municipal de Saneamento Básico de Lagoa Santa – MG será um instrumento de gestão que servirá ao planejamento e à formulação de uma Política municipal de saneamento básico, que seja sustentável em termos econômicos, sociais e ambientais.

Em Lagoa Santa, o conjunto de instalações e processos integrantes dos sistemas de saneamento básico ainda não atende completamente às demandas da lei, de forma que os eixos integrantes necessitam ser repensados com base nas novas regras vigentes para o setor em questão.

Consideradas essas premissas, registre-se que a presente iniciativa tem por objetivo a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de Lagoa Santa que busca garantir o acesso da população aos serviços de saneamento com universalidade, qualidade, integralidade, segurança, sustentabilidade (ambiental, social e econômica), regularidade e continuidade.

Este relatório configura o **Plano de Trabalho (PT) e Plano de Comunicação e Mobilização Social (PCMS)** para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de Lagoa Santa - MG.

O PCMS foi construído com base no Termo de Referência inserido no contrato firmado entre a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e a empresa SHS – Consultoria e Projetos de Engenharia Ltda. EPP para apoiar tecnicamente a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de Lagoa Santa (MG).

Considerando que a comunicação é condição essencial para uma ação mobilizadora eficaz, este PCMS apresenta modelos e ferramentas de planejamento aplicáveis à estruturação das ações comunicativas. O objetivo geral desse PCMS é apoiar o desenvolvimento e a implementação de estratégias para a efetiva participação social durante a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de Lagoa Santa. Entretanto, sabe-se que para alcançar uma participação representativa da sociedade, é preciso envolvimento e comprometimento dos gestores municipais.



Dessa forma, com o presente documento representa um manual simples para os gestores sobre como alcançar a participação e o envolvimento da população na elaboração do PMSB de Lagoa Santa.

Vale ressaltar também que o presente Plano de Comunicação e Mobilização Social foi elaborado com base nos objetivos da Lei do Saneamento (Lei nº 11.445/07, regulamentada pelo Decreto nº 7.217/10), particularmente naquele que versa sobre a ampliação progressiva do acesso ao saneamento básico de todos os domicílios ocupados, que estejam situados no território municipal.

À título de informação, destaca-se que o Saneamento Básico é constituído pelos sistemas públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

Assim, o PCMS assume também, dentro de seu universo temático, os princípios de universalidade, integralidade das ações e equidade, ou seja, considera-se essencial que todos os cidadãos tenham acesso às informações sobre o PMSB e aos mecanismos de mobilização e divulgação adotados no processo de elaboração do mesmo, em igual nível de qualidade.

Este documento contém um detalhamento de ações sugestivas que visam à participação social, concedendo maior visibilidade ao processo de elaboração do PMSB. Seu conteúdo inclui:

- Apresentação de procedimentos para mobilização social.
- Definição das atribuições do município e da SHS para apoiar a elaboração do PMSB, referentes às atividades voltadas à comunicação e mobilização social.
- Descrição das atribuições dos Comitês Executivo e de Coordenação, com apresentação dos nomes que integrarão esses comitês.
- Apresentação de ferramentas e estratégias de comunicação e mobilização, como folder, cartaz e sugestão de veículos de comunicação local (jornal, rádio, internet, etc.), a fim de envolver todas as regiões do município.
- Setorização do município visando à mobilização da população para participar dos eventos do PMSB.



- Sugestão de conteúdos a serem utilizados para a divulgação dos eventos.
- Orientações sobre a infraestrutura necessária em cada setor de mobilização para a realização dos eventos.
- Sugestões gerais sobre a condução dos trabalhos de consulta e audiência pública, com orientações quanto às responsabilidades pela condução desses eventos.
- Dicas de como os gestores devem proceder antes e durante os eventos para buscarem o envolvimento e a corresponsabilidade dos envolvidos no processo de construção do PMSB.
- Indicação da metodologia pedagógica dos eventos (reuniões, oficina, seminários e audiência pública).
- Descrição dos eventos previstos no processo de elaboração do PMSB e dos temas a serem abordados em cada um deles.
- Apresentação de cronograma de eventos, conforme as demandas temporais do contrato.

Tanto as estratégias quanto as ferramentas apresentadas no PCMS devem ser utilizadas conforme o objetivo e as particularidades de cada evento e de seu público-alvo.

1.1. Aspectos legais

Segundo o Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257/01), o direito ao saneamento básico deve ser garantido às presentes e futuras gerações.

A elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico é uma exigência do novo contexto institucional vigente, decorrente da edição da Lei Federal nº 11.445/07, regulamentada pelo Decreto nº 7.217/2010, que estabelece diretrizes gerais para o Saneamento Básico, o qual é constituído pelos seguintes sistemas:

- Abastecimento de água: constituído pelas atividades, infraestrutura e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição.



- Esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestrutura e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados de esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o lançamento final no meio ambiente.
- Drenagem urbana e manejo de águas pluviais: conjunto de atividades, infraestrutura e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, retenção ou amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.
- Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas.

A Lei de Saneamento Básico, à semelhança da Constituição Federal de 1988 em seus artigos 21 e 23, reconhece implicitamente o Município como titular dos serviços de saneamento básico, trazendo nova disciplina para a prestação de serviços de saneamento, exigindo do titular ou do prestador de serviços (concessionárias, autarquias, empresas privadas, etc.), novas atribuições, direitos e obrigações, dentre elas a obrigatoriedade da elaboração dos Planos de Saneamento Básico, a regulação e fiscalização dos serviços e o controle social dos mesmos.

Ainda, a existência do PMSB “*é condição para a validade de contratos que têm por objeto a prestação de serviços públicos de Saneamento Básico*” e “*nenhum contrato ou prorrogação de contrato – referente aos Sistemas de Água, Esgotamento Sanitário, Gestão de Resíduos Sólidos e Drenagem de Águas Pluviais – firmado na vigência da lei, terá validade sem o Plano*” (grifo nosso).

A lei do Saneamento Básico vem garantir que a prestação desses serviços à população não se dê exclusivamente pela busca da rentabilidade econômica e financeira, mas que leve em consideração o objetivo principal que consiste em garantir a todos os cidadãos o direito ao saneamento básico. Por essa razão, os investimentos não são mais entendidos como uma decisão empresarial, mas como metas de



universalização e de integralidade, no sentido de permitir o acesso de todos aos serviços, inclusive daqueles que, por sua baixa renda, não tenham capacidade de pagamento.

A lei, entretanto, não impõe a estatização ou a privatização do setor, mas apenas cria um ambiente legal a que devem se subordinar todos os prestadores dos serviços de saneamento básico, sejam eles entes públicos estaduais e municipais, ou entidades privadas e de economia mista. Os gestores públicos que não atenderem a estas disposições legais estarão sujeitos ao enquadramento por ato de improbidade administrativa.

Ainda, o Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, que regulamenta a Lei do Saneamento, dispõe em seu artigo 26, § 2º que “após 31 de dezembro de 2015, a existência de plano de saneamento básico, elaborado pelo titular dos serviços, será condição para o acesso a recursos orçamentários da União ou a recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgão ou entidade da administração pública federal, quando destinados a serviços de saneamento básico (redação dada pelo Decreto nº 8.211, de 2014)”. Posteriormente a isso, o Decreto nº 8.629/2015 prorrogou esse prazo para 31 de dezembro de 2017, que também foi novamente prorrogado para 31 de dezembro de 2019 através do Decreto nº 9.254/2017.

A Política Municipal de Saneamento Básico a ser instituída no município a partir da aprovação legal do PMSB, deve, ainda, atender aos seguintes princípios fundamentais:

- **Precaução:** sempre que existam riscos de efeitos adversos graves ou irreversíveis para o ambiente, em geral, e para os recursos hídricos, em particular, não poderá ser utilizado o argumento de existência de lacunas científicas ou de conhecimentos para justificar o adiamento das medidas eficazes para evitar as degradações ambientais.
- **Prevenção:** serão sempre adotadas medidas preventivas, que impeçam a ocorrência de efeitos ambientais adversos ou irreversíveis.
- **Uso das melhores tecnologias disponíveis:** na resolução dos problemas ambientais, em geral, e dos recursos hídricos, em particular, no que diz



respeito ao tratamento das águas residuais, deverão ser adotadas as melhores tecnologias disponíveis.

- Usuário-pagador: este princípio engloba o do poluidor-pagador. Trata-se de uma norma do direito ambiental que consiste em obrigar o poluidor a arcar com os custos da reparação do dano por ele causado ao meio ambiente.
- Competência decisória: as decisões deverão ser tomadas pelos órgãos da administração municipal que estão em melhores condições para fazê-las, em função da natureza dos problemas e das consequências das decisões.
- Solidariedade e coesão municipal: na gestão do sistema de saneamento deverão ser respeitados os princípios da solidariedade e da coesão, não devendo a gestão integrada do sistema de saneamento contribuir para criar ou agravar assimetrias (desigualdades) sociais ou administrativas.
- Transparência e participação: na elaboração do PMSB, deverão ser criadas as condições para que os diferentes grupos e setores de usuários (grupos de defesa do ambiente, comunidade científica e o público em geral), por meio das respectivas organizações representativas, possam formular e exprimir as suas opiniões, que deverão ser consideradas nas decisões a tomar.

A Política local de saneamento básico deve também reger-se por alguns objetivos gerais, tais como:

- Buscar a melhoria dos níveis quantitativos e qualitativos do atendimento em matéria de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza pública e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais.
- Estabelecer procedimentos regulares de articulação entre os diversos setores de saneamento para a gestão dos recursos naturais no âmbito do município.



- Buscar a resolução imediata de disfunções ambientais graves ou que envolvam riscos potenciais para a saúde pública.
- Reconhecer a valorização ambiental dos sistemas hídricos.
- Proteger e valorizar os recursos hídricos subterrâneos.
- Aperfeiçoar os sistemas de informação e de capacidade de avaliação e monitoramento dos setores ou eixos do saneamento básico.

Por fim, é necessário ressaltar que a legislação vigente prevê que o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) apresente compatibilidade com as disposições do Plano da Bacia Hidrográfica na qual o município está inserido. Neste caso, Lagoa Santa - MG está na bacia hidrográfica do médio curso do Rio das Velhas.

1.2. Responsabilidades das partes envolvidas

As partes diretamente envolvidas na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Lagoa Santa são: a Prefeitura Municipal, o Grupo de Trabalho do PMSB formado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e a empresa contratada para prestar consultoria e apoio técnico ao processo de elaboração do PMSB, neste caso, a *SHS Consultoria e Projetos de Engenharia Ltda. EPP*. Sendo assim, as atribuições e responsabilidades de cada uma dessas partes na elaboração dos PMSBs são apresentadas nos subitens indicados a seguir.

1.2.1. Responsabilidades da Prefeitura Municipal

- a) Liderar todo o processo de elaboração do Plano, coordenando as etapas de trabalho e convidando os agentes políticos e sociais locais para as reuniões, debates, oficinas e audiências públicas.
- b) Definir equipe técnica municipal que será envolvida na elaboração do PMSB.
- c) Instituir o Comitê Executivo e o Comitê de Coordenação que vão cooperar, coordenar e acompanhar o processo de elaboração do PMSB.
- d) Identificar, em conjunto com a consultoria contratada, os setores ou núcleos territoriais de mobilização social no município para a realização de reuniões e oficinas do Plano.



- e) **Disponibilizar dados, indicadores, estudos e cartografias existentes no município, bem como legislação urbanística e tributária vigentes.**
- f) **Informar os programas e projetos implantados e a serem implantados no município e na região.**
- g) **Disponibilizar espaço físico de fácil acesso ao público e adequado às reuniões do Plano.**
- h) **Permitir o acesso de técnicos da empresa contratada às áreas e instalações do município, com vistas à realização das atividades de levantamento de dados e informações relativas ao saneamento básico.**
- i) Acompanhar e supervisionar os trabalhos da consultoria contratada.
- j) Realizar as reuniões necessárias ao acompanhamento das atividades desenvolvidas.
- k) Em até dez dias após a entrega do Produto 2 do PMSB (Diagnóstico) pela empresa contratada e cinco dias após a entrega dos demais produtos, o Comitê de Coordenação (CC) deverá reunir-se para a análise das informações apresentadas, de forma a se verificar a adequação ou necessidade de complementação/readequação do produto. Ao final de cada reunião deverá o município proceder à elaboração de um Parecer, podendo este ser:
- Parecer Parcial: para apontar as adequações que se fizeram necessárias ao atendimento das exigências do Termo de Referência; ou
 - Parecer Conclusivo: para validação do produto entregue pela Empresa de consultoria contratada, atestando que este atende às disposições do Termo de Referência.
- l) Garantir a participação e o controle social no processo de elaboração do PMSB, por meio da participação e/ou atuação de órgãos de representação colegiada e, quando necessário, da promoção de reuniões, oficinas, audiências públicas e debates, assim como da execução e distribuição do material de divulgação desses eventos.
- m) Encaminhar a minuta do Projeto de Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico para a Câmara Municipal e acompanhar os trâmites até sua aprovação.



n) Assumir o compromisso de efetivar as medidas propostas no Plano de Saneamento Básico, submetendo-as à avaliação e aprovação do legislativo municipal.

o) Participar de eventos a serem realizados após a aprovação do Plano, para acompanhamento, avaliação e discussão da implementação das medidas propostas e dos resultados a serem alcançados.

(Observação: os grifos apresentados neste item foram feitos pela empresa contratada - SHS - para enfatizar a importância dos respectivos conteúdos nesta fase inicial dos trabalhos).

1.2.2. Responsabilidades da Consultora Contratada

a) Prestar consultoria e apoio técnico ao município na consecução do Plano Municipal de Saneamento Básico mediante levantamento de literatura, coleta de informações, visitas técnicas em campo, elaboração de textos tecnicamente pertinentes visando à comunicação dos trabalhos e participação nos eventos previstos, apresentando os produtos definidos no Termo de Referência, dentro dos prazos estipulados.

b) Auxiliar o titular dos serviços de saneamento básico na promoção de eventos relacionados à elaboração do PMSB (seminários, conferências, audiências públicas, oficinas, etc.), produzindo os conteúdos temáticos e apresentando-os à população.

c) Disponibilizar um profissional da área de mobilização social para dar apoio ao município. Esse profissional, que é residente do município, deverá dar suporte técnico e logístico aos processos de mobilização da sociedade visando ao comparecimento do maior número possível de cidadãos e representantes da população nos eventos previstos. Será também responsável pelo serviço de Ouvidoria do PMSB. Sua função nesse serviço é a de manter disponível um número de telefonia móvel relacionado a um grupo de *WhatsApp*, exclusivo para receber, da população de Lagoa Santa, textos, arquivos audiovisuais e fotografias que indiquem a situação das infraestruturas dos sistemas de saneamento básico do município. Desse grupo participam representantes do



Grupo de Trabalho “GT-PMSB de Lagoa Santa” e representantes da empresa SHS. Caso seja necessário este profissional também poderá conduzir reuniões com a comunidade, porém esta tarefa deve ser compartilhada com um gestor público local (esse profissional não necessariamente deverá ser o Especialista Setorial na área social apresentado pela contratada na Equipe-Chave da proposta contratada).

A SHS receberá as manifestações por meio do Canal da Ouvidoria e as usará para aprofundar o detalhamento do diagnóstico técnico-participativo dos sistemas de saneamento básico do município de Lagoa Santa.



2. Escopo do PMSB

Buscando-se o alinhamento de ideias e o entendimento de todos os envolvidos na elaboração do presente PMSB, devem-se notar algumas premissas adotadas antes de se dar início aos serviços, de forma a se definir, de comum acordo, o escopo dos trabalhos. Neste caso, os parâmetros a serem considerados são os seguintes:

- Definição da abrangência de aspectos a serem abordados: no presente PMSB serão abordados os quatro eixos integrantes do sistema municipal de saneamento básico, conforme disposto pela Lei nº 11.445/2007, quais sejam: sistema de abastecimento de água, sistema de esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.
- Abrangência temporal: a abrangência temporal considerada para o planejamento de ações no âmbito do PMSB de Lagoa Santa será de 20 anos. Sugere-se que o Ano nº1 de vigência deste PMSB comece a ser contado a partir de sua aprovação pela Câmara Municipal.
 - Ano estimado como de início de implementação do PMSB de Lagoa Santa: 2018.
- Definição da extensão dos prazos para o estabelecimento de ações e metas dentro do horizonte de planejamento adotado (20 anos), o qual foi segmentado ações imediatas e ações de curto, médio e longo prazos, sendo:
 - Curto prazo: até 4 anos
 - Médio prazo: 4 a 8 anos
 - Longo prazo: 8 a 20 anos
- Abrangência espacial: o PMSB de Lagoa Santa considerará, tanto na etapa de diagnóstico como na de planejamento, o município tomado em seu território completo, seja nas áreas ocupadas com usos urbanos, seja naquelas com atividades de natureza rural, industrial ou de mineração. No entanto, é importante que se esclareça que, para o planejamento dos sistemas de saneamento básico, as bacias hidrográficas serão consideradas como unidades de referência, conforme diretrizes da Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007; sem,



no entanto, deixarem de ser considerados, quando for o caso, os limites administrativos legalmente instituídos e os setores censitários do IBGE.

Esclarece-se que não será possível à equipe da consultora realizar um levantamento primário (ou censitário) de dados sobre os quatro sistemas de serviços em todos os bairros e localidades rurais existentes no município. O levantamento efetuado será por amostragem devendo ser suficiente para que a empresa compreenda as soluções atualmente adotadas no território municipal, para o abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem de águas de chuvas e manejo de resíduos sólidos. Assim, os técnicos da consultora levantarão junto aos técnicos da Prefeitura todas as informações existentes (por meio de dados secundários) sobre a situação do saneamento básico nesses locais. A partir dessa compreensão, serão elencadas soluções técnicas ambientalmente corretas para a regularização do saneamento básico de todo o município.



3. Justificativa dos serviços a serem executados

Considerando os princípios a serem atendidos na prestação dos serviços públicos de saneamento básico dados pela Lei 11.445/07, quais sejam, o da universalização do acesso, o da integralidade, adoção de tecnologias que considerem as peculiaridades locais, a articulação com outras políticas setoriais, e o princípio da eficiência e sustentabilidade econômica, é necessário que os sistemas de saneamento apresentem um Plano que com as seguintes etapas:

- a) Configuração de um diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos e apontando as causas das deficiências detectadas. A construção do diagnóstico tem o propósito de delinear a situação atual dos quatro setores do saneamento básico no município indicando suas fragilidades e potencialidades atuais. Os quatro sistemas de saneamento devem ser caracterizados em seus diversos aspectos, quais sejam: patrimonial, operacional, gerencial, além de ter avaliadas suas capacidades nominais para o presente e para períodos futuros. Para alcançar tal finalidade dever-se-á lançar mão de levantamentos primários efetuados pela equipe de elaboração do PMSB e de dados secundários disponibilizados pelos prestadores de serviços, além da avaliação de indicadores que o município mantenha para o controle e monitoramento de processos.
- b) Estabelecimento de objetivos e metas de curto, médio e longo prazos visando o acesso de todos os munícipes aos serviços de saneamento básico, admitidas soluções graduais e progressivas. Assim, de posse da situação atual dos sistemas, ou seja, sabendo-se de onde partir, serão estabelecidos objetivos e metas específicos, nos âmbitos patrimonial, operacional e gerencial, visando à adequação dos sistemas atuais com as disposições propostas pela Lei do Saneamento.
- c) Determinados os objetivos e metas específicos partir-se-á para a indicação de ações que propiciem o alcance das situações almejadas. Daí a proposição de programas, projetos e ações, identificando possíveis fontes de financiamento.



Deve-se atentar para a compatibilização das ações propostas com planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos. Os prazos das ações deverão ser compatíveis com os Planos Plurianuais (PPA), que obedecem uma periodicidade quadrienal, de forma a otimizar a gestão das ações propostas.

- d) Os sistemas de saneamento oferecem, potencialmente, uma série de riscos que podem representar situações de emergência sobre a segurança dos trabalhadores, do patrimônio público e do meio ambiente. Para que os sistemas estejam prevenidos, serão apresentados planos de contingências, indicando uma estrutura estratégica e operativa que ajudará a controlar uma situação de emergência e a minimizar as suas consequências negativas. O plano de contingência propõe uma série de procedimentos alternativos ao funcionamento normal de uma organização, sempre que alguma das suas funções usuais se vê prejudicada por uma ocorrência atípica. Este instrumento de gestão procura, portanto, garantir a continuidade do funcionamento dos sistemas de saneamento, atendendo ao princípio da continuidade da oferta dos serviços de saneamento à população.
- e) Por fim, definidos os programas, projetos e ações a serem implementados serão indicados mecanismos que permitam a avaliação sistemática das ações e a evolução real do PMSB ao longo dos 20 anos de horizonte de planejamento.

As equipes envolvidas na elaboração do PMSB de Lagoa Santa deverão ainda apresentar sugestões administrativas para a implementação do PMSB e propor minutas de peças legais para o regulamento de cada um dos sistemas de saneamento básico.

- f) Para possibilitar o controle da eficácia dos serviços e o acompanhamento da eficiência dos mesmos, a equipe colaborará com a Prefeitura de Lagoa Santa elaborando um Termo de Referência para o desenvolvimento de um Sistema Municipal de Informações sobre Saneamento (SMIS) contendo um Banco de Dados associado a um sistema de geoprocessamento de imagens, de forma que a Prefeitura possa elaborar seu Sistema de Informações em saneamento ou



licitar a contratação de quem o faça. O conteúdo do Termo de Referência deve atender às especificações indicadas no contrato com a empresa SHS. O SMIS deverá ser composto por indicadores de eficácia e eficiência que descrevam processos operacionais, ambientais, de sustentabilidade financeira, entre outros, de forma que os gestores possam acompanhar a evolução do plano com uma ferramenta que lhes forneça embasamento seguro nos seus processos de tomada de decisão, auxiliando em diversos propósitos, tais como:

- Avaliação do desempenho dos serviços de saneamento;
- Planejamento de políticas públicas para o município;
- Orientação da aplicação de recursos;
- Aperfeiçoamento da gestão dos serviços;
- Orientação de atividades de regulação e fiscalização dos serviços;
- Contribuição para a viabilização do controle social dos sistemas de saneamento básico municipais;
- Comparação dos índices municipais com índices estaduais e nacionais.

Por fim será entregue ao município o relatório final PMSB de Lagoa Santa, correspondendo a uma síntese dos produtos antecedentes, com linguagem acessível para o entendimento do público.



4. Metodologia de elaboração do PMSB

4.1. Considerações Preliminares

No Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) serão abordados os quatro eixos integrantes do sistema municipal de saneamento básico, conforme especificados pela Lei nº 11.445/2007: sistema de abastecimento de água, sistema de esgotamento sanitário, sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e sistema de drenagem urbana e manejo das águas pluviais.

O PMSB será elaborado em etapas marcadas pela entrega de relatórios parciais denominados “Produtos”, conforme discriminado a seguir:

- Produto 01: Plano de Trabalho, Programa de Mobilização Social e Programa de Comunicação Social.
- Produto 02: Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico.
- Produto 03: Prognósticos e Alternativas para Universalização dos Serviços.
- Produto 04: Programas, Projetos e Ações.
- Produto 05: Ações para Emergências e Contingências.
- Produto 06: Termo de Referência para a Elaboração do Sistema de Informações Municipal de Saneamento Básico.
- Produto 07: Mecanismos e Procedimentos para Avaliação Sistemática do PMSB/Lagoa Santa.
- Produto 08: Relatório Final do PMSB/Lagoa Santa.

O presente planejamento deverá partir da elaboração de um diagnóstico do conjunto de serviços, equipamentos urbanos, instalações operacionais e realidades institucionais dos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem urbana e manejo das águas pluviais.

Depois de feito o diagnóstico, o processo deve seguir no sentido de configurar, para os quatro setores, cenários de melhorias e propor ações imediatas e ações a serem implementadas em prazos curto, médio e longo. Essas ações devem levar à resolução dos problemas diagnosticados na 1ª etapa, buscando, em última instância, a



universalização da oferta dos serviços de saneamento básico à população do município. O PMSB deve ainda apresentar mecanismos de avaliação da eficácia e eficiência dos serviços e, por fim, propor uma minuta de Projeto de Lei, que será avaliada pela Câmara Municipal, visando regulamentar o planejamento e a implementação de ações no município.

O PMSB será realizado com a finalidade primordial de subsidiar os governos locais no planejamento, operação e gestão dos serviços de saneamento básico para as próximas décadas, de forma a trazer qualidade de vida e bem-estar para a população de Lagoa Santa - MG.

Deve-se ter em mente que um PMSB corresponde a um documento multifacetado, o qual deverá retratar o município segundo aspectos variados, que abrangem os quatro eixos que compõem o saneamento básico, além de alguns setores que apresentam complementariedade com o saneamento básico. Os eixos do saneamento deverão ser descritos segundo aspectos institucionais, operacionais, gerenciais e financeiros. Ora, sabe-se que as administrações públicas brasileiras estão longe de ter suas Secretarias e Divisões trabalhando integrada e articuladamente, compartilhando decisões e locando investimentos em prol do desenvolvimento geral do município. Antes, os setores competem por recursos despendendo grande energia tentando apropriar-se de melhores colocações no ranking de priorização dos investimentos municipais. Assim, dada a diversidade de órgãos públicos, entidades mistas e privadas, secretarias municipais, categorias profissionais e segmentos sociais mais e menos favorecidos em termos econômicos e políticos, envolvidos nas questões direta ou indiretamente relacionadas aos serviços de saneamento básico; esbarrar com dificuldades na construção de um Plano Municipal de Saneamento Básico é questão que não deve surpreender as equipes de trabalho.

Nem por isto, entretanto, deve o gestor público que se propõe a tal iniciativa desacreditar da viabilidade da empreitada, haja vista o grande volume de evidências históricas de que, mesmo na crise, mesmo quando faltam dinheiro e diálogo entre as instâncias municipais envolvidas e sobram fragilidades, quando o objetivo final é aumentar a eficiência dos serviços públicos para melhorar a vida dos cidadãos, o compartilhamento de esforços é o melhor caminho a ser trilhado.



A elaboração do PMSB de Lagoa Santa, assumida pela SHS, será feita de tal maneira que o conteúdo da etapa anterior sirva de subsídio à configuração da etapa que lhe seja imediatamente posterior. Entretanto, a dinâmica de desenvolvimento das etapas não será tão estanque que impeça que uma etapa comece a ser desenvolvida mesmo que a anterior não esteja totalmente completada.

Buscando o bom desenvolvimento dos serviços contratados, as equipes técnicas da Prefeitura Municipal e da empresa SHS deverão pautar os trabalhos com posturas de colaboração e transparência.

4.2. Levantamento de dados

A etapa inicial dos trabalhos será voltada para o levantamento de dados de forma a subsidiar a elaboração do *Diagnóstico da situação do Saneamento Básico no município*. Para tanto, serão apresentados aos gestores municipais questionamentos orais - feitos pelos técnicos da Contratada em visitas de campo ou por escrito, sobre os quatro setores do saneamento e sobre outros aspectos complementares. As respostas deverão vir na forma de documentos, estudos e projetos existentes, além de informações colhidas em visita de campo.

Nesta fase, o Comitê de Execução, instituído pela Prefeitura Municipal, tem a função primordial de viabilizar o fornecimento de dados e informações à empresa consultora contratada e apoiar a elaboração do PMSB, seja fornecendo cópias de documentos e projetos, disponibilizando locais e equipamentos para as reuniões ou veículos da frota pública para complementar a demanda de mobilidade da equipe visitante, seja disponibilizando técnicos para orientar a equipe consultora sobre a realidade local.

Caso haja a informação em linguagem editável (*word* ou outro arquivo de texto), esta deve ser fornecida, de forma a facilitar a edição da mesma. Todas as fontes serão respeitadas e declaradas nos Produtos.

A título de esclarecimento e facilitação do processo de fornecimento de dados que compete às diversas entidades municipais (Secretarias Municipais, Defesa Civil, Vigilância Sanitária, entre outras), associações de bairros, empresas prestadoras de serviços ao município, autarquias, concessionárias, etc., pode ser que se faça



necessário que o Executivo Municipal emita uma *Notificação Oficial* conclamando essas entidades e/ou autorizando-as a fornecerem os dados que lhe couberem, considerando suas atividades junto ao município. Esta nota oficial deve, necessariamente, citar a **Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011**, que dispõe sobre “os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações”, conforme modelo mostrado no Anexo 1 do presente documento.

Cientes da importância e essencialidade da participação dos gestores públicos na elaboração do PMSB, sem a qual a empresa contratada não teria condições de configurar o diagnóstico da situação atual dos sistemas integrantes do saneamento básico local, o contratante do PMSB considera imprescindível a formação de um Grupo de Trabalho (GT), pela Prefeitura Municipal, contemplando vários atores sociais para a operacionalização do processo de construção do PMSB. Esse GT será formado por duas instâncias: Comitê de Coordenação (CC) e Comitê Executivo (CE).

O Comitê Executivo é a instância responsável pela operacionalização do processo de elaboração do PMSB. Deve ter composição multidisciplinar e incluir técnicos dos órgãos e entidades municipais e dos prestadores de serviço da área de saneamento básico e de áreas afins ao tema. Tem como atribuições:

- Executar as atividades previstas nas etapas de elaboração do Plano, apreciando e validando cada produto a ser entregue, submetendo-os à avaliação do Comitê de Coordenação.
- Observar os prazos indicados no cronograma de execução.

O Comitê de Coordenação é a instância consultiva e deliberativa, formalmente institucionalizada por meio de Decreto Municipal, responsável pela coordenação, condução e acompanhamento da elaboração do Plano, constituída por representantes das instituições públicas e civis relacionadas ao saneamento básico, bem como por representantes dos Conselhos Municipais, da Câmara de Vereadores e de organizações da Sociedade Civil (entidades profissionais, empresariais, movimentos sociais e ONGs, outros). Tem como atribuições:

- Coordenar, discutir, avaliar e aprovar o trabalho produzido pelo Comitê Executivo.



- Criticar e sugerir alternativas, buscando promover a integração das ações de saneamento sob os aspectos de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental, devendo reunir-se com frequência definida de acordo com a necessidade.

4.2.1. Instrumentos/procedimentos utilizados para levantamentos de dados

Dados primários

- Visitas à sede, aos distritos legalmente instituídos e a locais representativos da zona rural.
- Consultas junto aos gestores municipais locais.

Dados secundários - colhidos de fontes oficiais:

- Agência Nacional de Águas (ANA)
- Atlas Brasil
- Atlas Digital de Minas Gerais
- Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil
- Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
- Departamento de Estradas e Rodagem de Minas Gerais (DER-MG)
- Departamento de Informática do SUS (DATASUS)
- Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS)
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
- Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM)
- Inventário Florestal de Minas Gerais
- Ministério da Educação (MEC)
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
- Prefeitura Municipal de Lagoa Santa
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
- QGis.org
- QGis Brasil.org
- Serviço Geológico do Brasil (CPRM)
- Sistema de Informações de Mortalidade (SIM)



- Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)
- **Para elaboração de projeções demográficas:**
 - Projeções e Estimativas Populacionais para Pequenas Áreas- *Software* peqAR 2.0.
 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
 - Diretoria de Pesquisas - DPE.
 - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS.
- **Para estimativas de vazões de esgotamento:**
 - Introdução à Qualidade das Águas e ao Tratamento de Esgotos.
 - Marcos von Sperling, Volume 1, 1ª edição (1996), 3ª edição (2005).
- **Para estudos de vazões máximas, segundo períodos de retorno (Tr):**
 - Metodologia IPAY-WU. Design hydrographs for small watersheds in Indiana. ASCE, 1963.
- **Para estudos de vazões outorgáveis:**
 - Informações hidrológicas presentes no sistema de consulta do Atlas Digital das Águas de Minas. Este é o principal produto desenvolvido no âmbito do programa de pesquisa e desenvolvimento denominado HIDROTEC, fruto da parceria institucional entre duas Secretarias de Estado e órgãos vinculados: Secretaria de Estado da Agricultura Pecuária e Abastecimento (SEAPA) / Fundação Rural Mineira (RURALMINAS); Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) / Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e Universidade Federal de Viçosa (UFV).
- **Para estabelecimento de objetivos e metas:**
 - Metodologia SWOT (*Strong, Weakness, Opportunity, Threat*) que subsidiou a configuração dos cenários Previsível e Normativo para cada eixo, adotando-se o cenário normativo para a proposição de objetivos, metas, programas e ações.
 - Termo de Referência para elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico.

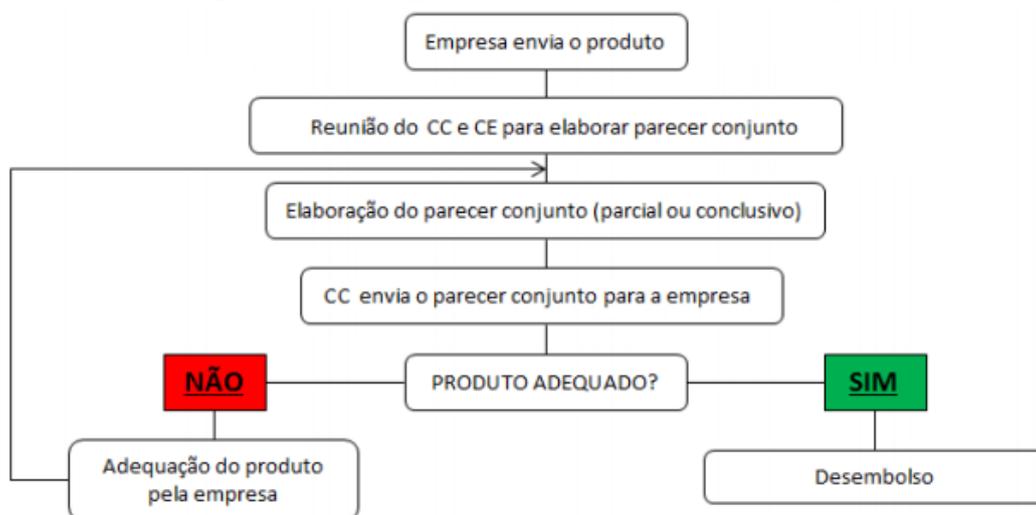


- Procedimentos relativos ao convênio de cooperação técnica e financeira da Fundação Nacional de Saúde - Funasa/MS Brasília, 2012 (http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/uploads/2012/04/2b_TR_PMSB_V2012.pdf).
- PPA - Plano Plurianual que deve subsidiar o estabelecimento de objetivos e metas do PMSB.

4.3. Fluxograma da condução do processo de aprovação dos Produtos do PMSB

Para um melhor entendimento da condução do processo de aprovação dos Produtos do PMSB, é apresentado na Figura 1 a seguir um fluxograma contendo os principais momentos dessa dinâmica.

Figura 1 - Fluxograma do processo de aprovação



Os relatórios revisados deverão ser avaliados por pelo menos um membro do Comitê de Coordenação antes de serem liberados para impressão. Essa última avaliação deverá ser feita em, no máximo, três dias.

4.4. Equipe técnica da empresa contratada

A elaboração do presente PMSB deverá contar com a atuação dos Comitês anteriormente mencionados e com o apoio da equipe técnica da consultora contratada, conforme apresentada a seguir.



Equipe-chave:

- Lívia Cristina Holmo Villela - Engenheira Civil Sênior / Doutora em Engenharia Hidráulica e Saneamento - Coordenação e revisão geral.
- Iveti Ap. Pavão Macedo da Silva - Engenheira Civil Sênior / Especialista em projetos de saneamento - Responsável pelos setores de abastecimento de água; esgotamento sanitário; drenagem urbana e manejo de águas pluviais; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.
- Larissa Nogueira Olmo Margarido - Engenheira Civil Sênior / Mestre em Engenharia Hidráulica e Saneamento - Responsável pelos setores de abastecimento de água; esgotamento sanitário; drenagem urbana e manejo de águas pluviais; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. Responsável pelos estudos populacionais.
- Swami Marcondes Villela - Engenheiro Civil Sênior / Livre-docente da Universidade de São Paulo - Responsável pelos setores de abastecimento de água; esgotamento sanitário; drenagem urbana e manejo de águas pluviais; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.
- Ana Carolina do Prado Whitaker Medeiros - Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo / Pós-graduada em Gestão Ambiental - Responsável pelo Plano de Comunicação e Mobilização Social.
- Wlamir José Paschoalino - Economista / Mestre em Política Científica e Tecnológica – Consultor na área de Economia.
- Isabel Cristina Inocente Pavão – Advogada - Responsável pelos trabalhos na área jurídica.

Equipe Complementar:

- Sheila Holmo Villela - Bacharel em Psicologia / Mestre e Doutora em Ciências da Engenharia Ambiental - Coordenadora operacional dos PMSBs nos quatro setores do saneamento (água, esgoto, drenagem e



resíduos sólidos); responsável pela configuração dos eventos públicos (Seminários, Oficinas, Audiências) e pelas equipes de campo.

- João Paulo Freitas Alves Pereira – Engenheiro Ambiental Junior - Coordenador operacional dos quatro setores do saneamento básico (água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos); responsável pelo Sistema de Informação e Bases Cartográficas elaboradas utilizando técnicas de geoprocessamento (SIG).
- Darci Pereira - Engenheiro Civil Pleno / Especialista em projetos de saneamento - Corresponsável pelo setor de drenagem urbana e manejo de águas pluviais.
- Vítor Catoia – Biólogo - Corresponsável pela caracterização geral dos municípios e Sistema de Informação e Bases Cartográficas elaboradas utilizando técnicas de geoprocessamento (SIG).
- Paloma Fernandes Paulino - Engenheira Ambiental Plena / Mestre em Engenharia Hidráulica e Saneamento - Responsável pelo setor de drenagem; responsável pelo Sistema de Informação e Bases Cartográficas elaboradas utilizando técnicas de geoprocessamento (SIG).
- Danilo Gustavo - Desenhista / Projetista - Responsável pelos desenhos técnicos.
- Simone Pavão – Técnica em Gestão – Responsável pela área administrativa.
- Ana Carolina Ferrari dos Santos - Engenharia Ambiental - Colaboradora técnica no setor de Esgotamento Sanitário.
- Junio da Silva Luiz - Engenheiro Ambiental - Corresponsável pelo setor de drenagem urbana e manejo de águas pluviais.
- Marina da Costa Ribeiro de Almeida – Aluna de Engenharia Ambiental – USP - Estagiária - Colaboradora técnica no setor de Drenagem.



4.5. Detalhamento do conteúdo dos Produtos do PMSB

4.5.1. Produto 01: Plano de Trabalho, Programa de Mobilização Social e Programa de Comunicação Social

- Detalhamento estratégico e metodológico do processo de apoio à elaboração do PMSB, em todas as etapas, incluindo a elaboração e entrega dos produtos previstos, orientação para a condução de reuniões públicas e configuração dos conteúdos teóricos a serem apresentados.
- Indicação da equipe técnica permanente, compatível com os trabalhos a serem desenvolvidos em cada etapa.
- Indicação do nome do profissional da área de mobilização social que dará apoio ao município.
- Indicação dos Produtos a serem elaborados ao longo do PMSB, de forma a atender ao TR e às especificidades do município.
- Apresentação dos nomes que integrarão o Comitê de Coordenação e o Comitê Executivo.
- Detalhamento do planejamento de cada ação de mobilização e participação social incluindo a definição dos objetivos, metas e escopo da mobilização como segue:
 - a) Identificação de atores sociais parceiros para apoio à mobilização social.
 - b) Setorização do município visando à mobilização social.
 - c) Identificação e avaliação dos programas de educação em saúde e mobilização social.
 - d) Orientações sobre a infraestrutura necessária em cada setor de mobilização para a realização dos eventos.
 - e) Apresentação de estratégias de divulgação da elaboração do PMSB e dos eventos a todas as comunidades (rural e urbana) dos setores de mobilização, bem como a maneira que será realizada tal divulgação, como faixas, convites, folders, cartazes e meios de comunicação local (jornal, rádio, internet, etc.).



- f) Indicação da metodologia pedagógica das reuniões (debates, oficinas ou seminários, etc.).
- g) Apresentação de cronograma de eventos, conforme as demandas temporais do contrato e necessidades especiais do município.
- Especificações e os quantitativos de material de divulgação (número de cartazes, panfletos, horas de divulgação em rádio, horas de carro de som, etc.) a serem fornecidos, acompanhados da justificativa técnica e dos critérios determinantes dos quantitativos de material de campanha a serem empregados no processo de divulgação do PMSB/Lagoa Santa.

4.5.2. Produto 02: Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico

- Apresentação de caracterização geral do município, baseada em dados fornecidos pelo município, destacando-se:
 - a) Demografia urbana e rural com análise estratificada por renda, gênero, faixa etária, densidade e acesso ao saneamento e projeções de crescimento populacional no horizonte de tempo do Plano;
 - b) Vocações econômicas do município, no contexto atual e projeções em termos das atividades produtivas por setor;
 - c) Infraestrutura (energia elétrica, pavimentação das ruas, transportes, saúde e habitação);
 - d) Caracterização geral do município nos aspectos geomorfológicos, climatológicos, hidrográficos, hidrogeológicos e topográficos;
 - e) Caracterização geral dos aspectos culturais do município, resultante da sua ocupação e formação histórica, analisando as relações com o uso e a preservação dos recursos ambientais;
 - f) Caracterização das áreas de interesse social, como localização, perímetros e áreas, carências relacionadas ao saneamento básico, precariedade habitacional, população e situação socioeconômica;
 - g) Indicação das áreas de proteção ambiental e áreas de preservação permanente, inclusive reservas legais, reservas particulares do patrimônio natural e outras;



- h) Identificação de áreas de fragilidade sujeitas a inundações ou deslizamentos;
 - i) Consolidação e informação cartográfica das informações socioeconômicas, físico-territoriais e ambientais disponíveis sobre o município e a região;
 - j) Análise da dinâmica social do município para a compreensão da organização da sociedade e a identificação de atores e segmentos sociais estratégicos com interesse no saneamento básico a serem envolvidos.
- Situação ambiental e de recursos hídricos
- a) A caracterização geral das bacias hidrográficas onde o município está inserido, incluindo as delimitações territoriais, os aspectos relativos aos meios físicos e naturais, ao subsolo e ao clima, destacando a topografia, os tipos e usos do solo, os corpos d'água e o regime hidrológico; a cobertura vegetal, a situação de preservação e proteção dos mananciais superficiais e águas subterrâneas, áreas de recarga e de afloramento de aquíferos, dolinas e sumidouros;
 - b) A caracterização geral dos ecossistemas naturais, por bacia hidrográfica, destacando indicadores da qualidade ambiental e as áreas de preservação permanente;
 - c) A situação e perspectivas dos usos e da oferta de água em bacias hidrográficas de utilização potencial para suprimento humano, considerando as demandas presentes e futuras e o lançamento de resíduos líquidos e sólidos de sistemas de saneamento básico, do ponto de vista quantitativo e qualitativo;
 - d) A identificação de condições de degradação por lançamento de resíduos líquidos e sólidos;
 - e) Verificação de situações de escassez presente e futura;
 - f) A identificação das condições de gestão dos recursos hídricos nos aspectos de interesse do saneamento básico quanto ao domínio das águas superficiais e subterrâneas (União ou Estado); à situação da



gestão dos recursos hídricos nas bacias do município; à atuação de comitês e agências de bacia; ao enquadramento dos corpos d'água; à implementação da outorga e cobrança pelo uso; aos instrumentos de proteção de mananciais; à situação do plano de bacia hidrográfica e seus programas e ações para o município de Lagoa Santa; e à disponibilidade de recursos financeiros para investimentos em saneamento básico;

g) A identificação de relações de dependência entre a sociedade local e os recursos ambientais, incluindo o uso da água.

➤ Situação da Saúde

- a) Morbidade de doenças relacionadas com a falta de saneamento básico, mais especificamente, as doenças infecciosas e parasitárias tais como cólera, febres tifoide e paratifoide, amebíase (em crianças de 7 a 14 anos), diarreia e gastroenterite de origem infecciosa presumível (em crianças menos de 4 anos), leptospirose icterohemorrágica, outras formas de leptospirose, febre amarela, dengue (dengue clássico), febre hemorrágica devida ao vírus da dengue, hepatite aguda A, malária, tripanossomíase (em crianças entre 7 a 14 anos), esquistossomose (em crianças entre 7 a 14 anos) e ancilostomíase (em crianças entre 7 a 14 anos);
- b) Estado nutricional de crianças menores de quatro anos; existência e análise do Programa Saúde na Família;
- c) Existência e análise de programa de educação ambiental e na área da saúde;
- d) Existência e análise de programa de assistência social;
- e) Essas informações devem ser analisadas objetivando verificar o impacto das condições de saneamento básico na qualidade de vida da população. As áreas de risco devem ser devidamente identificadas na cartografia.
- f) Deve-se buscar, ainda, a identificação dos fatores causais das enfermidades e suas relações com as deficiências detectadas na



prestação dos serviços de saneamento básico, bem como as suas consequências para o desenvolvimento socioeconômico.

- Apresentação da situação institucional baseada em dados fornecidos pelo município.
 - a) Levantamento e análise da legislação aplicável localmente que define as políticas federal, estadual, municipal e regional sobre o saneamento básico, o desenvolvimento urbano, a saúde e o meio ambiente (leis, decretos, códigos, políticas, resoluções e outros);
 - b) Identificação e análise da estrutura e capacidade institucional para a gestão (planejamento, prestação dos serviços, regulação, fiscalização e controle social) dos serviços de saneamento básico nos 4 (quatro) componentes, incluindo a avaliação dos canais de integração e articulação intersetorial e da sua inter-relação com outros segmentos (desenvolvimento urbano, habitação, saúde, meio ambiente e educação);
 - c) Análise geral da sustentabilidade econômica da prestação dos serviços de saneamento básico;
 - d) Levantamento das ações previstas nos Planos Plurianuais (PPA), nas versões anteriores e em especial para a versão mais atual;
 - e) Identificação das redes, órgãos e estruturas de educação formal e não formal e avaliação da capacidade de apoiar projetos e ações de educação ambiental combinados com os programas de saneamento básico;
 - f) Identificação, junto aos municípios vizinhos, das possíveis áreas ou atividades onde podem haver cooperação, complementaridade ou compartilhamento de processos, equipamentos e infraestrutura, relativos à gestão do saneamento básico ou de cada um dos serviços ou componente em particular;
 - g) Identificação de programas locais existentes de interesse do saneamento básico nas áreas de desenvolvimento urbano, habitação, mobilidade urbana, gestão de recursos hídricos e conservação ambiental;



- h) Identificação e avaliação do sistema de comunicação local e sua capacidade de difusão das informações e mobilização sobre o PMSB/Lagoa Santa.
- Situação do desenvolvimento urbano e habitação
- a) Parâmetros de uso e ocupação do solo;
 - b) Definição do perímetro urbano da sede e das localidades do Município;
 - c) Definição das Áreas Especiais de Interesse Social – AEIS e Áreas de Especial Interesse Econômico - AEIE;
 - d) Identificação da ocupação irregular em Áreas de Preservação Permanente - APP;
 - e) Identificação, avaliação e análise (contemplando no mínimo: histórico e resultados alcançados) da aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade em Lagoa Santa;
 - f) Identificação da situação fundiária e eixos de desenvolvimento da cidade, bem como de projetos de parcelamento e/ou urbanização, organização institucional e objetivos do Plano e seus programas e ações;
 - g) Quadro da oferta habitacional com identificação da oferta de moradias e solo urbanizado, principalmente quanto à disponibilidade de serviços de saneamento básico; as condições de acesso às modalidades de intervenção e financiamento habitacional; a disponibilidade do solo urbanizado para a população de baixa renda, especialmente as Áreas Especiais de Interesse Social - AEIS;
 - h) Necessidades habitacionais com caracterização da demanda por habitação e investimentos habitacionais, considerando as características sociais locais, o déficit habitacional quantitativo e qualitativo, a caracterização de assentamentos precários e outras;
 - i) Análise das projeções do déficit habitacional: identificar e analisar impactos para as demandas de saneamento básico.



- Apresentação detalhada da situação dos serviços de abastecimento de água.
 - a) Caracterização da cobertura e qualidade dos serviços, com a identificação das populações não atendidas e sujeitas à falta de água; regularidade e frequência do fornecimento de água com identificação de áreas críticas; consumo per capita de água; estatística de volumes referentes a perdas no sistema;
 - b) Qualidade da água tratada e distribuída à população;
 - c) Avaliação da disponibilidade de água dos mananciais e da oferta à população, pelos sistemas existentes versus o consumo e a demanda atual e futura, preferencialmente, por áreas ou setores da sede e localidades do município;
 - d) Levantamento e avaliação das condições atuais e potenciais dos mananciais de abastecimento de água quanto aos aspectos de proteção da bacia de contribuição (tipos de uso do solo, fontes de poluição, estado da cobertura vegetal, qualidade da água, ocupações por assentamentos humanos, etc.);
 - e) Apontamento de novas alternativas para captação e/ou abastecimento, caso seja identificada a necessidade;
 - f) Descrição e avaliação dos sistemas de abastecimento de água existentes no município, quanto à captação, elevação, adução, tratamento, reservação, estações de bombeamento, rede de distribuição e ligações prediais, nos aspectos relacionados às capacidades de atendimento frente à demanda e ao estado das estruturas. Recomenda-se o uso de textos, mapas, fluxogramas, fotografias e planilhas, com a apresentação da visão geral do sistema;
 - g) Caracterização da prestação dos serviços por meio de indicadores técnicos, operacionais e financeiros, relativos a receitas, custos, despesas, tarifas, número de ligações, inadimplência de usuários, e eficiência comercial e operacional, uso de energia elétrica e outros;



- h) Elaboração de Relatório sobre as condições das vias do município nas quais foram realizadas obras para implantação/manutenção da rede de abastecimento, para verificação da ocorrência, e se for esse o caso, da qualidade da recomposição do pavimento realizada pela concessionária responsável pela prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. O Relatório deverá incluir fotos e planilha estimativa de quantitativos e custo financeiro para os reparos na pavimentação;
 - i) Utilização, dentre outras referências, as informações contidas no SNIS. Deverá ser apresentada uma análise comparativa entre os indicadores de Lagoa Santa e o de outras cidades com área e população semelhantes.
- Apresentação detalhada da situação dos serviços de esgotamento sanitário.
- a) Caracterização da cobertura e a identificação das populações não atendidas ou sujeitas a deficiências no atendimento a sistemas de esgotamento sanitário (redes coletoras, fossas sépticas e outras soluções, contemplando também o tratamento);
 - b) Avaliação da situação atual e futura da geração de esgoto versus capacidade de atendimento pelos sistemas de esgotamento sanitário disponíveis, seja a partir de soluções individuais e/ou coletivas, contemplando também o tratamento;
 - c) Descrição e avaliação dos sistemas de esgotamento sanitário quanto à capacidade instalada frente à demanda e ao estado das estruturas implantadas, a partir do uso de textos, mapas, fluxogramas, fotografias e planilhas, com a apresentação da visão geral dos sistemas. No caso do uso de sistemas coletivos essa avaliação deve envolver as ligações de esgoto, as redes coletoras, os interceptores, as estações elevatórias, as estações de tratamento, os emissários e a disposição final;
 - d) Análise dos processos e resultados do monitoramento da quantidade e qualidade dos efluentes, quando implantados;



- e) Dados da avaliação das condições dos corpos receptores, quando existentes;
 - f) Caracterização da prestação dos serviços por meio de indicadores técnicos, operacionais e financeiros, relativos às receitas, custos, despesas, tarifas, número de ligações, inadimplência de usuários, eficiência comercial e operacional, uso de energia elétrica e outros;
 - g) Elaboração de Relatório sobre as condições das vias do município nas quais foram realizadas obras para implantação/manutenção da rede de abastecimento, para verificação da ocorrência, e se for esse o caso, da qualidade da recomposição do pavimento realizada pela concessionária responsável pela prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. O Relatório deverá incluir fotos e planilha estimativa de quantitativos e custo financeiro para os reparos na pavimentação;
 - h) Utilização, dentre outras referências, das informações contidas no SNIS. Deverá ser apresentada uma análise comparativa entre os indicadores de Lagoa Santa e o de outras cidades com área e população semelhantes;
 - i) Indicação áreas de risco de contaminação e de áreas já contaminadas por esgotos no município, quando mapeadas e avaliadas.
- Apresentação detalhada da situação dos serviços de drenagem urbana e manejo de águas pluviais.
- a) Crítica dos sistemas de manejo e drenagem das águas pluviais (macrodrenagem e microdrenagem) e das técnicas e tecnologias adotadas quanto à sua atualidade e pertinência em face dos novos pressupostos quanto ao manejo das águas pluviais;
 - b) Identificação de lacunas no atendimento pelo Poder Público, incluindo demandas de ações estruturais e não estruturais para o manejo das águas pluviais, com análise do sistema de drenagem existente quanto à sua cobertura, capacidade de transporte e estado das estruturas;



- c) Identificação das deficiências no sistema natural de drenagem, a partir de estudos hidrológicos;
 - d) Análise das condições de operação e manutenção dos sistemas existentes;
 - e) Estudo das características morfológicas e determinação de índices físicos (hidrografia, pluviometria, topografia e outros) para as bacias e microbacias, em especial das áreas urbanas;
 - f) Caracterização e complementação da indicação cartográfica das áreas de risco de enchentes, inundações, escorregamentos, em especial para as áreas urbanas e, quando possível, destacando hidrografia, pluviometria, topografia, características do solo, uso atual das terras, índices de impermeabilização e cobertura vegetal;
 - g) Avaliação dos estudos elaborados para Lagoa Santa, quanto ao zoneamento de riscos de enchentes para diferentes períodos de retorno de chuvas;
 - h) Análise dos processos erosivos e sedimentológicos e sua influência na degradação das bacias, especialmente as lagoas perenes ou sazonais, e sumidouros, e riscos de enchentes, inundações e escorregamentos.
- Apresentação detalhada da situação dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.
- a) Da caracterização dos resíduos sólidos dentro das normas da ABNT NBR 10004/10005/10006/10007/ NBR 1.057; NB 1.025; NBR 8.849 NB 844; NBR 8.418 NB 842; NBR 8.419 NB 843; Resoluções CONAMA nº 001/1986, nº 011/1986, nº 005/1988, nº 006/1988, nº 002/1991, nº 006/1991, nº 008/1991, 005/1993, nº 004/1995, nº 237/1997, nº 257/1999, nº 258/199, nº 275/2001, nº 283/2001 e da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Seção Única - Art. 10 da Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010);
 - b) Incluir em projeções, a quantidade e a qualidade de produção de resíduos para curto e médio prazo;



- c) Análise da situação da gestão do serviço de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, com base em indicadores técnicos, operacionais e financeiros (a partir de indicadores do SNIS e outros);
- d) Descrição e análise da situação dos sistemas de acondicionamento, coleta, transporte, transbordo, manuseio, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos do município. Incluir desenhos, fluxogramas, fotografias e planilhas que permitam um perfeito entendimento dos sistemas em operação;
- e) Identificação de lacunas no atendimento à população pelo Poder Público do sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos para as condições atuais e futuras, quanto à população atendida (urbana e rural), além do tipo, regularidade, qualidade e frequência dos serviços;
- f) Identificação da cobertura da coleta porta a porta, bem como das áreas de varrição, identificando a população atendida;
- g) Análise dos serviços de varrição e serviços especiais (feiras, mercados, espaços públicos, calçadas, locais de grandes eventos, etc.). Incluir desenhos, fluxogramas, fotografias e planilhas que permitam um perfeito entendimento dos sistemas em operação;
- h) Identificação das formas da coleta seletiva (cooperativas, associações e 'carrinheiros'), quando existirem, quantificando-as e qualificando-as, inclusive quanto aos custos e viabilidade social e financeira;
- i) Inventário/análise da atuação dos catadores, nas ruas ou nos lixões, identificando seu potencial de organização;
- j) Informação, quando já identificadas, de áreas de risco de poluição/contaminação, e de áreas já contaminadas, por resíduos sólidos e as alterações ambientais causadas por depósitos de lixo urbano;
- k) Avaliação das soluções adotadas no Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde elaborado pelos geradores dos resíduos e identificação da abrangência da coleta e destinação final destes resíduos, conforme as informações da caracterização dos resíduos sólidos dentro das normas da ABNT NBR 10004/10005/10006/10007/



NBR 1.057; NB 1.025; NBR 8.849; NB 844; NBR 8.418; NB 842; NBR 8.419 e NB 843; Resoluções CONAMA nº 001/1986, nº 011/1986, nº 005/1988, nº 006/1988, nº 002/1991, nº 006/1991, nº 008/1991, nº 005/1993, nº 004/1995, nº 237/1997, nº 257/1999, nº 258/199, nº 275/2001, nº 283/2001 e da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Seção Única - Art. 10);

- I) Avaliação das soluções adotadas na gestão dos resíduos da construção civil.

4.5.3. Produto 03: Prognósticos e Alternativas para Universalização dos Serviços

- Apresentação do prognóstico através da ferramenta de análise SWOT, que busca identificar cenários futuros possíveis e desejáveis, com o objetivo de nortear a ação presente.
- Apresentação dos objetivos e metas que nortearão a elaboração das propostas de programas, projetos e ações do Plano.
- Apresentação das projeções das demandas por serviços de saneamento básico estimadas, constituindo construir cenários alternativos de demandas considerando a definição de metas temporais, até o horizonte de 20 anos.
- Alternativas de Gestão dos Serviços Públicos de Saneamento Básico para o exercício das atividades de planejamento, prestação de serviços, regulação, fiscalização e controle social.
- Hierarquização das Áreas de Intervenção Prioritária

4.5.4. Produto 04: Programas, Projetos e Ações

- Apresentação de programas específicos que contemplem soluções práticas (projetos e ações) de gestão, vinculados a um plano de investimentos, para o efetivo alcance das metas estabelecidas e ainda que compatibilizem o crescimento econômico, a sustentabilidade ambiental e a equidade social no município.
- Sugestão de programas projetos e ações para saneamento básico do município como um todo e específicos para os eixos do saneamento.



4.5.5. Produto 05: Ações para Emergências e Contingências

- Sugestão de ações como respostas imediatas às emergências e contingências referentes aos eixos do saneamento.

4.5.6. Produto 06: Mecanismos e Procedimentos para Avaliação Sistemática do PMSB/Lagoa Santa

- Apresentação de uma seleção de indicadores para monitoramento das ações do PMSB, discutidos e pactuados no município;
- Instrumentos de gestão para avaliação dos resultados das ações;
- Relação de atividades de divulgação das ações e dos mecanismos de controle social;
- Minuta de Regulamento dos Serviços de Abastecimento de Água;
- Minuta de Regulamento dos Serviços de Esgotamento Sanitário;
- Minuta de Regulamento dos Serviços de Limpeza Urbana e Manejo dos Resíduos Sólidos;
- Minuta de Regulamento dos Serviços de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas.

4.5.7. Produto 07: Termo de Referência para a Elaboração do Sistema Municipal de Informações sobre Saneamento Básico:

- Apresentação de um sistema municipal de informações em saneamento (SMIS), contendo um banco de dados concebido e desenvolvido pela consultoria e compatível com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento (SNIS), instituído pelo Governo Federal.
- Apresentação de base de dados espacial com as informações diagnosticadas e proposições, incluindo o registro das estruturas, na plataforma Quantum GIS.
- Apresentação de um dicionário de dados (metadados) para auxiliar os usuários no conhecimento do conteúdo da base de dados e suas características.



4.5.8. Produto 08: Relatório Final do PMSB/Lagoa Santa

- Apresentação do PMSB consolidado e em formato resumido (compilação funcional dos Produtos 1 a 7 e das solicitações da população consideradas tecnicamente procedentes).
- Elaboração da minuta de Projeto de Lei para aprovação do PMSB.



5. Cronograma de atividades

As atividades a serem desenvolvidas para a elaboração do PMSB são apresentadas no Cronograma de Atividades mostrado no Anexo 2. Salienta-se que diversas atividades serão realizadas concomitantemente, já que alguns Produtos podem começar a ser elaborados desde o início dos trabalhos, a partir da emissão da Ordem de Serviço. As atividades se sobreporão, de forma a viabilizar a sua execução ao longo do prazo determinado em contrato e evitar a solicitação de aditamentos de prazo.



6. Plano de Comunicação e Mobilização Social (PCMS)

O Plano de Comunicação e Mobilização Social (PCMS) apresenta os meios necessários para a realização de eventos setoriais de mobilização social. Para Lagoa Santa, estão previstos os seguintes eventos: 1) Conferências, 2) Reuniões, 3) Seminários, 4) Debates, 5) Oficina e 6) Audiências Públicas. Para que tais eventos alcancem todo o território do município, a Prefeitura Municipal foi orientada a definir setores de mobilização. Assim, ficou definido que os eventos ocorrerão nas seguintes regiões: 1) Aeronautas/Visão/Sul/Sudoeste; 2) Vila Maria/Palmital/Norte; 3) Lagoinha de Fora/Central/Sudeste; 4) Lapinha/Campinho/Noroeste. A escolha de setores com maior fragilidade em pelo menos um dos sistemas componentes do saneamento básico é a justificativa para realizar as reuniões nessas localidades.

Todo processo de mobilização social depende do envolvimento de algumas pessoas chave. Alguns parceiros e atores sociais são fundamentais para garantir que toda a população tome conhecimento do processo de elaboração do PMSB.

Uma das condições para que ocorra a participação social, objetivo principal desse PCMS, é o conhecimento claro do problema, ou seja, a compreensão de que a cidade precisa de um Plano Municipal de Saneamento Básico, quer seja para ter recursos do governo Federal para investir em melhorias no saneamento, quer seja para estruturar a prestação de serviços. E para que esse Plano seja mais legítimo e representativo, a participação social precisa ser garantida e incentivada em todas as etapas do processo. Assim, devem ser previstos mecanismos de disponibilização, repasse e facilitação da compreensão das informações para que a sociedade possa contribuir e fazer suas escolhas nos trabalhos de planejamento.

O PCMS de Lagoa Santa foi construído com base na estruturação sugerida pela FUNASA, conforme apresentada na Figura 2 mostrada a seguir.



Figura 2 - Gráfico esquemático da estrutura do PCMS de Lagoa Santa



Fonte: FUNASA, 2012



7. Quem: atores e parceiros do PMSB

É sempre muito importante ter em mente que o PMSB de uma cidade não pode, nem deve, ser elaborado pela empresa contratada e entregue no prazo estipulado sem que os gestores públicos e os cidadãos se envolvam nesse processo. Assim, a Prefeitura Municipal de Lagoa Santa deliberou, através do Termo de Referência do contrato, pela formação do Grupo de Trabalho (GT) contemplando vários atores sociais na operacionalização do processo de construção do PMSB. Conforme mencionado anteriormente, esse grupo de trabalho contempla dois “Comitês”, o Comitê Executivo (CE) e o Comitê de Coordenação (CC), os quais foram formalmente institucionalizados por meio de Decreto Municipal, mostrado no Anexo 3 do presente documento.

Além dos Comitês, também existe outra forma de participação ativa da população durante a construção do PMSB. Está prevista a nomeação de Delegados, ou seja, pessoas que se candidatam a representar suas comunidades nos eventos públicos.

A seguir, são descritas mais informações sobre os Comitês e os Delegados. Também foram sugeridos outros possíveis parceiros neste processo.

7.1. Comitê de Coordenação (CC)

Instância consultiva e deliberativa responsável pela coordenação, condução e acompanhamento da elaboração do PMSB. Recomenda-se que o Comitê de Coordenação seja formado por representantes das instituições públicas e civis relacionadas ao saneamento básico, bem como por membros dos Conselhos Municipais, da Câmara de Vereadores, de organizações da Sociedade Civil (entidades profissionais, empresariais, movimentos sociais e ONGs, outros) e de representantes de Associações de Bairro atuantes no município. O Comitê de Coordenação tem como atribuições:

- ✓ Coordenar, discutir, avaliar e aprovar o trabalho produzido pelo Comitê Executivo;
- ✓ Criticar e sugerir alternativas, buscando promover a integração das ações de saneamento sob os aspectos de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental, devendo reunir-se periodicamente, conforme as demandas que o



trabalho exigir, sendo, no mínimo, por ocasião da análise dos Produtos entregues pela consultora contratada;

- ✓ Observar os prazos indicados no cronograma de execução.

7.2. Comitê Executivo (CE)

Instância responsável pela operacionalização do processo de elaboração do Plano. Deve ter composição multidisciplinar e incluir técnicos dos órgãos e entidades municipais e dos prestadores de serviço da área de saneamento básico e de áreas afins ao tema. Tem como atribuições:

- ✓ Executar as atividades previstas nas etapas de elaboração do PMSB, construindo conjuntamente os Produtos a serem entregues, submetendo-os à avaliação do Comitê de Coordenação;
- ✓ Observar os prazos indicados no cronograma de execução.

7.3. Delegados

Todos os cidadãos do município devem ser convidados a comparecer e participar dos eventos do PMSB. No entanto, uma forma válida de representação da sociedade é a indicação de delegados que a represente. O papel do gestor municipal é orientar as diversas comunidades existentes no município a elegerem seus delegados, que podem ser líderes já reconhecidos ou especialmente definidos para atuarem no contexto do PMSB. Os delegados poderão ser eleitos durante as reuniões preparatórias.

As atribuições dos delegados são:

- ✓ Representar a população nos eventos da elaboração do PMSB (Seminários, Oficinas e Audiência Pública).
- ✓ Participar efetivamente desde o início dos trabalhos referentes à elaboração do PMSB com informações e sugestões sobre as experiências diárias e anseios da população local sobre o saneamento básico.
- ✓ Votar na Audiência Pública de apresentação da versão preliminar do PMSB (P8).



7.4. Sugestão de entidades a serem convidadas

Alguns atores sociais devem ser chamados para participar de todos os eventos previstos, assim como para auxiliar na mobilização da sociedade para participar dos eventos programados no âmbito do PMSB.

Um exemplo de importante ator social a ser envolvido no processo de divulgação do PMSB é o profissional que trabalha como Agente de Saúde. Os profissionais que trabalham nos programas de educação em saúde devem ser especialmente informados sobre as etapas do PMSB e devem receber material de divulgação (cartazes e panfletos) para que possam distribuir nas comunidades que visitam, dando especial atenção às comunidades rurais.

A seguir, nos Quadro 1 e Quadro 2, são listadas as entidades para serem convidadas a participar da elaboração do PMSB através do comparecimento nos eventos. Os convites poderão ser enviados por e-mail ou por correio, a critério da Prefeitura. As entidades locais a serem convidadas são:



Quadro 1 - Entidades representativas de Lagoa Santa

ASSOCIAÇÕES - LAGOA SANTA			
Entidade	Nome	Telefone	E-mail
ACIAS – Associação Comercial de Lagoa Santa	Carlos Alberto de Melo - Presidente da ACIAS-LS		presidencia@acelagoasanta.com.br aciaslagoasanta@hotmail.com
Granbel - Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte	Valter Luiz da Costa (assessor)	313275-3422 / 98526-2762	granbel@granbel.com.br
Lions Clube	Rúben Silva - Presidente do Lions Clube Lagoa Santa	31-9985-2665	
Rotary Clube	Marieta Helena Miró de Pinho Tavares - Presidente		marietamiro@hotmail.com
Clube dos 50	Lúcio Costa - Presidente do Clube dos 50		webertfernandes@yahoo.com.br
Clube da Social 3ª Idade	Marli Elza Barbosa - Presidente	31-3681-2384	marlielzaa@yahoo.com.br
Acolasa- Associação dos Condomínios de Lagoa Santa	Maurício De Barros Nunes Real - Presidente da ACOLASA		mariano@dominioadministradora.com.br
OAB- Lagoa Santa	Dr. Wendell Maciel Ribeiro - Presidente		lagoasanta@oab.org.br
Procom Lagoa Santa		(31) 3681-1221	proconcamara@cmlagoasanta.mg.gov.br
Conselho de Segurança Pública COMSEP – LS	Vicente Souza - Presidente	31-96142060	consep.ls@lagoasanta.mg.gov.br
Conselho Municipal de Saúde (CMS)	Vivian Caroline Morais Vale - presidente	3688- 3850 / 1447	presidentecmslagoasanta@gmail.com
Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA)	Maria das Mercês Alves Resende - Presidente	3688- 3850 / 1447	cmdca@lagoasanta.mg.gov.br
Conselho tutelar (CTLS)	Paula Carolina Silva - Presidentes	3688- 3850 / 1447	conselhotutelar@lagoasanta.mg.gov.br
Conselho Municipal de Turismo (CMT)	Marcelo Monteiro	3688-1390	marcelomonteiro@lagoasanta.mg.gov.br
Conselho Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico (CMCPH)	Rosângela Albano	31-3681-8755	rosangelasilva@lagoasanta.mg.gov.br
Conselho Municipal de Educação	Nila Resende	31-3688-2267	
Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)	Oliviane Laís Almeida	3688- 3850 / 1447	olivianelais@gmail.com; larsagradocoracaosvp@gmail.com
Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental (Codema)	Jussara Rodrigues Viana	313688-1369	jussaraviana@lagoasanta.mg.gov.br
Coordenadoria da Mulher			coordenadoriadamulher@lagoasanta.mg.gov.br
Ascamare - Associação dos catadores de Lixo		31-3681-7818	ascamare@gmail.com
Casa do Saber	Presidente: Marta Helena de Freitas	3681-3109	comunicacao@casadosaber.org.br
AV Norte Associação de Desenvolvedores do Vetor Norte	Gilson Brito - Diretor Presidente	(31) 3201-3563	secretaria.executiva@avnorte.com



Quadro 2 - Vereadores de Lagoa Santa

VEREADORES DE LAGOA SANTA			
Cargo	Nome	Empresa / Entidade	Telefone
Vereador Municipal	Aline Aires de Souza	Câmara Municipal de Lagoa Santa	31-3689-9950
Vereador Municipal e Presidente da Câmara 2017	Antônio Carlos Fagundes Júnior	Câmara Municipal de Lagoa Santa	31-3689-9950
Vereador Municipal	Artileu Antônio Bonfim	Câmara Municipal de Lagoa Santa	31-3689-9950
Vereador Municipal	Carlos Alberto Barbosa	Câmara Municipal de Lagoa Santa	31-3689-9950
Vereador Municipal e Vice Presidente da Câmara 2017	Carlos Alberto dos Santos	Câmara Municipal de Lagoa Santa	31-3689-9950
Vereador Municipal e 2º Secretário da Câmara 2017	Cléber Soares Machado (Bureska)	Câmara Municipal de Lagoa Santa	31-3689-9950
Vereador Municipal	Dalson Martins de Abreu	Câmara Municipal de Lagoa Santa	31-3689-9950
Vereador Municipal	Fabiano Moreira da Silva	Câmara Municipal de Lagoa Santa	31-3689-9950
Vereador Municipal	José Quintino Marques	Câmara Municipal de Lagoa Santa	31-3689-9950
Vereador Municipal	Leandro Cândido da Silva	Câmara Municipal de Lagoa Santa	31-3689-9950
Vereador Municipal	Neil Armstrong Madureira Fontes	Câmara Municipal de Lagoa Santa	31-3689-9950
Vereador Municipal	Paulo Marcos Dolabella Lacerda Campos	Câmara Municipal de Lagoa Santa	31-3689-9950
Vereador Municipal	Rafael Lemes Garcia	Câmara Municipal de Lagoa Santa	31-3689-9950
Vereador Municipal e 1º Secretário	Roberto Emerenciano Pereira	Câmara Municipal de Lagoa Santa	31-3689-9950
Vereador Municipal	Wagner Mendes da Silveira	Câmara Municipal de Lagoa Santa	31-3689-9950



Outras Associações que não constam na tabela acima, mas que podem também ser convidadas são:

- ✓ Associação Comercial e Industrial Agropecuária de Lagoa Santa
- ✓ Associação Comercial e representantes das indústrias locais
- ✓ Associação Dos Condomínios de Lagoa Santa
- ✓ Associação Mineira do AVC
- ✓ Associação de Servidores da Polícia Civil do Estado de MG
- ✓ Associações Comunitárias
- ✓ Câmara Municipal dos Vereadores
- ✓ Casa de Idosos
- ✓ Conselho Municipal Antidrogas
- ✓ Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CODEMA)
- ✓ Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA
- ✓ Consórcio Intermunicipal de Saúde
- ✓ Escolas Estaduais
- ✓ Escolas Municipais
- ✓ Escolas Particulares
- ✓ FUNASA
- ✓ Instituições de Ensino (escolas)
- ✓ Instituições Religiosas e seus líderes
- ✓ Maçonarias
- ✓ Ministério Público
- ✓ Pastoral da Criança
- ✓ Promotoria Pública Municipal
- ✓ Reciclar LS - Associação dos Recicladores de Lagoa Santa
- ✓ Representantes da FUNASA no município
- ✓ Representantes de Concessionárias ou Autarquias responsáveis por serviços de saneamento básico
- ✓ Representantes do EMATER no município
- ✓ Sindicato dos Produtores Rurais de Lagoa Santa



- ✓ Sindicato dos Trab. nas Ind. Metalúrgicas, Mec. e de Mat. Elétrico de Vespasiano, Lagoa Santa, São José da Lapa e Confins
- ✓ Sindicato/Associação dos Produtores Rurais
- ✓ Unidades Básicas de Saúde

Os gestores devem entrar em contato com estas entidades para convidá-las para participar dos eventos previstos no processo de elaboração do PMSB. Buscando dar agilidade aos processos de divulgação, os convites podem ser enviados por via digital.

A título de divulgação complementar, propõe-se, caso não haja significativo dispêndio de recursos, que durante todo o período de desenvolvimento dos trabalhos, sejam veiculadas nas faturas mensais de água e esgoto, mensagens alusivas aos eventos do PMSB.



8. Metodologias participativas (como comunicar)

Durante o processo de elaboração do PMSB, estão previstas reuniões públicas e de caráter participativo: Seminários, Oficinas, Debates, Conferências Públicas e Audiência Pública.

Todos os cidadãos da comunidade devem ser convidados a comparecer e participar dos eventos do Plano Municipal de Saneamento Básico, já alguns líderes devem ser especialmente convocados. Dessa forma, nestes eventos é muito importante que a população estabeleça contato com os gestores ligados ao PMSB.

Os eventos públicos devem ocorrer em locais e horários acessíveis à maioria da população. Informações sobre a data, o local e o horário dos eventos públicos devem ser publicadas previamente em veículos oficiais da Prefeitura (site e outros, se houver), em jornal de circulação local, em rádios locais e apresentadas em cartazes.

Os eventos previstos durante o processo de elaboração do PMSB servem para ouvir as manifestações dos usuários dos serviços de saneamento, sensibilizar os gestores públicos para os problemas, esclarecer dúvidas, firmar acordos sobre a condução da elaboração do PMSB e, assim, fomentar melhorias no processo de gestão dos serviços de saneamento.

Se for possível, seria de muito proveito que os gestores públicos buscassem reunir-se com as diversas comunidades presentes no município, fazendo pequenas reuniões preparatórias nas quais podem informar à população sobre o PMSB que está em andamento. Nestas reuniões podem ser feitos acordos com a população sobre a indicação de representantes daquela comunidade para participarem dos eventos e levarem informações aos gestores sobre seus problemas de saneamento básico, assim como trazerem notícias à comunidade sobre os eventos do PMSB.

Caso sejam necessárias, essas reuniões devem ser planejadas e viabilizadas pela equipe da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa. Os eventos serão sempre conduzidos por pelo menos um gestor municipal (sugere-se um membro do GT – PMSB), que poderá contar com a colaboração da agente local contratada pela consultora (SHS). Esta poderá responsabilizar-se pelo conteúdo teórico a ser trabalhado. A Agente local da empresa contratada, devidamente notificada sobre datas e locais, poderá, também, aproveitar reuniões já organizadas para outros temas pela



Prefeitura, para fazer pequenas intervenções, chamando as pessoas ali reunidas para participarem do próximo evento do PMSB.

As reuniões preparatórias poderão ter por base a seguinte programação:

- Abertura: 10 minutos.
- Apresentação do conteúdo pela representante da SHS: 30 minutos.
- Abertura para manifestações por ordem de inscrição: 30 minutos.
- Recolhimento de opiniões através de formulário apresentado na ocasião do evento pela empresa contratada: 5 minutos.
- Encerramento com lanche.

Para que os eventos ocorram de maneira organizada e para que se tenha o melhor aproveitamento por parte da sociedade presente, faz-se necessário que o evento tenha início no horário agendado, valorizando assim a pontualidade dos presentes, e que não extrapole o horário previsto para o encerramento.

A seguir, são elencadas algumas **providências** a serem tomadas para a realização dos eventos:

Sugestões e providências para Reuniões Municipais
✓ Abertura e encerramento serão feitos por um representante do Executivo Municipal.
✓ Sugestão: um representante de cada Comitê (Executivo e de Coordenação) compõem a mesa.
✓ Convocar, para cada um dos eventos previstos do PMSB, pelo menos um representante atual de cada eixo do saneamento (sistema de abastecimento de água, sistema de esgotamento sanitário, sistema de drenagem urbana e manejo de águas pluviais e sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos).
✓ Todo evento deve ter um momento aberto à manifestação dos participantes.
✓ Registro: essas manifestações devem ser registradas (escritas ou gravadas), para que possam ser consideradas na elaboração do PMSB.



Sugestões e providências para Reuniões Municipais

- ✓ Cabe à Prefeitura, com apoio da contratada, divulgar as notícias relacionadas ao PMSB e também disponibilizar os Produtos para a apreciação da população (consulta pública).
- ✓ A Prefeitura deve divulgar o evento com pelo menos dez dias de antecedência.

Quanto à **infraestrutura**, a Prefeitura Municipal deve providenciar condições propícias para a realização de todos os eventos. Dentre elas, destacam-se:

- Local de fácil acesso à população.
- Sala que comporte pelo menos 30 pessoas, equipada com:
 - a) *Data Show* e telão/parede para projeção de arquivos.
 - b) Pelo menos um microfone.
 - c) Caixa de som com cabo que tenha saída P2 (para viabilizar o áudio de vídeos).
 - d) Um caderno de capa dura para constituir o Livro de Presenças.
 - e) Uma mesinha para portar esse livro, que deve ser assinado por todos os participantes.

Sugere-se que seja servido um “lanchinho” para a população (esta atitude sempre agrada!).

A seguir, estão descritas as metodologias sugestivas para a condução destes eventos públicos:

8.1. Seminário

O **Seminário** pertence à categoria vinculada à exposição com base na transmissão de conhecimentos específicos (técnicos ou científicos) a respeito de um assunto relacionado à determinada área do conhecimento.

A escolha desta metodologia para o contexto do PMSB faz sentido no que se refere à necessidade de domínio do assunto por parte do apresentador. Neste sentido, cabe à equipe da SHS o embasamento acadêmico, a pesquisa em literatura técnica,



jornais, internet, revistas especializadas, vídeos, além da pesquisa *in loco* (visita técnica) e avaliação de projetos e programas da cidade.

Alguns pontos de atenção são elencados a seguir para a condução dos seminários do PMSB:

- ✓ Produção de um esquema contendo informações sucintas que nortearão o discurso do apresentador.
- ✓ Realização de ensaios prévios com o objetivo de evitar certas falhas que poderão comprometer a qualidade do trabalho apresentado.
- ✓ Procurar enriquecer o conteúdo com recursos audiovisuais, tais como: cartazes, *Datashow*, microfone, entre outros.
- ✓ Levar em consideração as características do público-alvo: faixa etária, tipos de interesse e conhecimentos prévios em relação ao tema em questão.
- ✓ No momento da apresentação utilizar linguagem formal, evitando certos hábitos da linguagem oral que prejudicam a fluência na exposição.
- ✓ A postura do apresentador é fator relevante, o mesmo deve evitar gestos excessivos, expressões faciais que não condizem com a situação e, sobretudo, permanecer de frente para a plateia.

8.2. Oficinas

De acordo com o Centro de Referência em Educação Integral, Oficina é uma metodologia de trabalho que prevê a formação coletiva e deve contar com momentos de interação e troca de saberes de maneira horizontalizada, ou seja, todos podendo participar. A oficina constitui um espaço de construção coletiva do conhecimento, de análise da realidade, de confronto e troca de experiências.

No contexto do PMSB, a oficina pode ser estruturada com os seguintes direcionadores: uma dinâmica de acolhida inicial e entrosamento para facilitar o reconhecimento e a interação entre os participantes; em seguida, pode ser proposta uma reflexão sobre o tema específico do PMSB a ser tratado, demonstrando sempre a relação com a realidade local e suas inter-relações com os níveis individual, grupal e



coletivo. É possível utilizar relatos de participantes, cartazes, vídeos, fotografias, dentre outras ferramentas que falem das questões relativas ao saneamento na cidade. O importante é facilitar a aprendizagem e a troca de saberes, articulando conteúdo, embasamento teórico e metodológico.

Pelo caráter dialógico e participativo, as oficinas possibilitam um processo composto por sensibilização, compreensão, reflexão, análise, ação e avaliação.

8.3. Debates

O Debate é um modelo de contestação baseado na argumentação onde duas, ou mais, ideias conflitantes são defendidas ou criticadas com base em argumentos. É formalmente usado por parlamentares, políticos em geral, debates científicos, debates filosóficos, literários e vários outros.

No contexto do PMSB, os Debates estão previstos durante os eventos públicos, tais como as Conferências Públicas para apresentação dos PRODUTOS 2, 4 e 5.

Os debates poderão servir para esclarecer questões, além de colher, verificar e validar informações sobre a cidade. O resultado de um debate pode alcançar um consenso ou algum modo formal de chegar a uma solução, mas isso não é atributo básico de um debate, o qual pode servir apenas para esclarecimento ou aprofundamento de uma questão, sem chegar a conclusões naquele momento. Sugere-se a seguinte composição no momento do Debate:

- Moderador: responsável pela mediação e aplicação das regras previstas para o debate. De modo geral o moderador fica responsável por mediar o debate, apresentando os debatedores, controlando os tempos, esclarecendo os momentos em que o debate está e chamando a atenção de eventuais desvios nas regras por parte dos debatedores ou da plateia.
- Debatedores: são os que expõem os argumentos e defendem ou refutam uma tese ou tema previamente estipulado. A depender das regras estipuladas, agirão de maneira a apresentar os argumentos para defender ou refutar. Podendo ou não ser orador. Em algumas modalidades de debate em grupo, há participantes



debatedores que não são oradores, participando apenas da construção argumentativa do seu grupo.

- Plateia: são os indivíduos que assistem ao debate. Dependendo do modelo, das regras estipuladas e das circunstâncias, podem participar diretamente fazendo perguntas e dando opiniões, votando ou se expressando com sons de palmas, vaia e interjeições.

8.4. Audiências Públicas e Conferências Municipais

A **Audiência Municipal** é um instrumento de participação popular, garantido pela Constituição Federal de 1988 e regulado por leis federais, constituições estaduais e leis orgânicas municipais (Instituto Polis, 2005).

Geralmente, a audiência é uma reunião com duração de um período (manhã, tarde ou noite), coordenada pelo órgão competente ou em conjunto com entidades da sociedade civil que a demandaram. Nela, apresenta-se um tema e a palavra então é dada aos cidadãos presentes para que se manifestem.

A realização de audiências públicas é um dever dos órgãos públicos e um direito dos cidadãos. É uma forma importante de a sociedade civil fazer parte das decisões do Estado, influenciando-o e controlando-o. Por meio delas, o Estado disponibiliza informações, esclarece dúvidas, abre debates e presta contas à sociedade sobre ações e projetos públicos de relevante impacto ou interesse social.

Figura 3 - Audiência Pública



Fonte: <http://abinc.org.br/consulta-publica-visa-atualizar-os-requisitos-para-avaliacao-da-conformidade-dos-equipamentos-de-radiocomunicacao-de-radiacao-restrita/>



Conforme ilustra a Figura 3, todos os que quiserem podem e devem participar das audiências. Entretanto, é fundamental que o órgão que as convocam priorize a presença das pessoas afetadas diretamente pela política pública a ser discutida.

A divulgação prévia, a localização adequada e a garantia do direito à informação compreensível e ao direito de voz são pressupostos para a garantia do direito de participação. Por isso, ao realizar a audiência, o órgão público deve ficar atento para que todos os grupos possam ter acesso ao local e às informações necessárias, ou seja, a participação não deve ser restrita a grupos determinados, mas aberta a todos, respeitando as diferenças e necessidades de cada grupo.

É muito importante também garantir a presença das autoridades competentes, do Ministério Público e de técnicos especialistas no tema da audiência, no caso Saneamento Básico. A presença da imprensa é um fator que pode ajudar a dar visibilidade tanto para a discussão como para os argumentos utilizados pela população. Além disso, os meios de comunicação também auxiliam a fiscalização e podem, dessa maneira, garantir o respeito aos resultados da audiência. A seguir, discorre-se algumas considerações sobre as audiências e conferências públicas.

Para as Audiências Públicas, o órgão competente tem a função de definir a data, o horário, a forma como será feita a disponibilização de informações e o local acessível para a realização da audiência. Estas informações precisam ser divulgadas com a máxima antecedência em meios de comunicação locais como jornais, televisão etc.

É importante lembrar que, para que seja pública, a audiência deve se caracterizar pelo livre acesso de todos e pelo direito de manifestação dos participantes, que devem ser munidos de informações previamente ao encontro. Os participantes não vão à audiência apenas para ouvir, mas para questionar, dar opiniões, buscar informações sobre o tema e garantir que o Estado seja democrático na tomada de decisões.

Além disso, durante a realização da audiência, as discussões devem ser obrigatoriamente registradas em uma ata. Também precisa ser elaborada uma lista de presença. Em alguns casos, a audiência é gravada. Estas informações devem tornar-se públicas em páginas oficiais na Internet ou em outros meios.

As Conferências Públicas a serem realizadas no contexto da elaboração do PMSB devem seguir os mesmos preceitos da Audiência Pública, apresentando o mesmo grau de liberdade de deliberação sobre partes de seu conteúdo.

A diferença entre as Conferências Públicas e a Audiência Pública é que as Conferências não serão utilizadas para aprovação ou reprovação, pelos participantes, do Produto apresentado. Já na Audiência Pública todos os participantes votarão pela aprovação, ou não, do Produto ali discutido (Figura 4).

Figura 4 - Participação Social



Fonte: <https://asmego.org.br/2015/08/13/corregedoria-promove-audiencia-publica-em-anapolis/>

Com essas metodologias, as reuniões serão participativas e informativas e a comunidade será parte do processo de elaboração do PMSB.



9. Cronograma dos eventos

9.1. Reunião de Partida

A Reunião de Partida foi realizada no dia **22/02/2018**, quinta-feira, das 9h às 12h, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) de Lagoa Santa e teve como objetivo a apresentação, por parte da contratada, da metodologia de trabalho e estratégias de atuação para a prestação de serviços de elaboração do PMSB. Também foi objetivo da Reunião apresentar um Cronograma de execução do PMSB.

A Comunicação da Prefeitura publicou uma matéria sobre a Reunião cujo conteúdo apresenta-se no Anexo 4.

A seguir, são apresentados registros fotográficos da Reunião de Partida (Figura 5)

Figura 5 - Reunião de Partida



Fonte: SHS, 2018

9.2. Reunião Municipal – Entrega do PRODUTO 1 (Plano de Trabalho, Plano de Comunicação e Mobilização Social)

Data: 15/03/2018

Horário: 09 horas

Local: Auditório do CAM (Avenida Acadêmico Nilo Figueiredo 2500 lj 28, auditório 1)



Tema: apresentação do PRODUTO 1 (Plano de Trabalho e do Plano de Comunicação e Mobilização Social do PMSB de Lagoa Santa).

Objetivos:

- Apresentar o **Produto 1 – Versão Preliminar**.
- Apresentar os membros dos Comitês e formalizar a escolha de delegados para representarem suas respectivas comunidades nos eventos do PMSB.
- Orientar os representantes do CC, do CE e os delegados para a realização de suas funções.

Público-alvo: todos os interessados. Os líderes populares, os membros e os diretores de entidades representativas da sociedade civil devem ser especialmente convidados.

Figura 6 - Apresentação do Plano de Trabalho



Fonte: SHS, 2018



Figura 7 - Apresentação PCMS



Fonte: SHS, 2018

9.3. Reuniões Preparatórias

Com o objetivo de explicar como funciona o PMSB, eleger delegados e apresentar o tema da próxima reunião oficial, a

As Reuniões Preparatórias tem duas importantes finalidades:

- Explicar os objetivos do PMSB e apresentar os temas das Conferências Públicas e da Audiência Pública. Dessa maneira, espera-se que a população possa comparecer aos eventos do PMSB sabendo o que será tratado e já tendo tido algum tempo para refletir, podendo, dessa forma, contribuir com mais embasamento na construção do Plano;

- Eleger delegados para representarem comunidades ou bairros nas Conferências e Audiência Pública.

As manifestações dos participantes das reuniões preparatórias serão registradas e consideradas na elaboração dos próximos produtos do PMSB.

Confira a seguir os locais, datas e horários das reuniões preparatórias já agendadas.

9.3.1. Região: Visão/Aeronautas/Sul/Sudoeste

Data: 23/04/2018

Horário: 18:30



Local: Escola Municipal Herculano Liberato de Almeida

Endereço: Rua Tenente Luiz Dorneles, 170, Aeronautas

Público Alvo: todos os interessados. Os líderes populares, os membros e os diretores de entidades representativas da sociedade civil devem ser especialmente convidados.

9.3.2. Região: Vila Maria/Palmital/Vila Fagundes/Norte

Data: 24/04/2018

Horário: 18:30

Local: Escola Municipal Lívio Múcio Conrado Silva (Sr. Tito)

Endereço: Rua Ana Gonçalves, 814, Palmital

Público-Alvo: todos os interessados. Os líderes populares, os membros e os diretores de entidades representativas da sociedade civil devem ser especialmente convidados.

9.3.3. Região: Lagoinha de Fora/Central/Sudeste

Data: 25/04/2018

Horário: 18:30

Local: Escola Municipal Dona Aramita

Endereço: Rua Lagoinha, 2063, Francisco Pereira

Público-Alvo: todos os interessados. Os líderes populares, os membros e os diretores de entidades representativas da sociedade civil devem ser especialmente convidados.

9.3.4. Região: Lapinha/Campinho/Noroeste

Data: 26/04/2018

Horário: 19:00

Local: Escola Municipal da Lapinha

Endereço: Rua Guilhermina Pereira de Freitas, 395, Lapinha

Público-Alvo: todos os interessados. Os líderes populares, os membros e os diretores de entidades representativas da sociedade civil devem ser especialmente convidados.



9.4. Conferências Municipais - Entrega do Produto 2 (Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico)

Tema: apresentação do Diagnóstico da Situação Atual do Saneamento Básico – versão preliminar.

Objetivo: coleta de dados, informações e sugestões provenientes dos participantes.

9.4.1. Região: Visão/Aeronautas/Sul/Sudoeste

Data: 07/05/2018

Horário: 18:30

Local: Escola Municipal Herculano Liberato de Almeida

Endereço: Rua Tenente Luiz Dorneles, 170, Aeronautas

Público-alvo: moradores, representantes de associações e entidades representativas da região.

9.4.2. Região: Vila Maria/Palmital/Vila Fagundes/Norte

Data: 08/05/2018

Horário: 18:30

Local: Escola Municipal Lívio Múcio Conrado Silva (Sr. Tito)

Endereço: Rua Ana Gonçalves, 814, Palmital

Público-alvo: moradores, representantes de associações e entidades representativas da região.

9.4.3. Região: Lagoinha de Fora/Central/Sudeste

Data: 09/05/2018

Horário: 18:30

Local: Escola Municipal Dona Aramita

Endereço: Rua Lagoinha, 2063, Francisco Pereira

Público-alvo: moradores, representantes de associações e entidades representativas da região.

9.4.4. Região Lapinha/Campinho/Noroeste

Data: 10/05/2018

Horário: 19:00



Local: Escola Municipal da Lapinha

Endereço: Rua Guilhermina Pereira de Freitas, 395, Lapinha

Público-Alvo: moradores, representantes de associações e entidades representativas da região.

9.5. Conferências Municipais – Entrega do Produto 3 (Prognósticos e Alternativas para Universalização dos Serviços)

Tema: apresentação Prognósticos e Alternativas para Universalização dos Serviços – versão preliminar.

Objetivo: apresentar objetivos e metas estabelecidos preliminarmente pela equipe técnica.

9.5.1. Região: Visão/Aeronautas/Sul/Sudoeste

Data: 18/06/2018

Horário: a definir

Local: Escola Municipal Herculano Liberato de Almeida

Endereço: Rua Tenente Luiz Dorneles, 170, Aeronautas

Público-alvo: toda a população. Os líderes populares, os membros e os diretores de entidades representativas da sociedade civil devem ser especialmente convidados.

Objetivo: apresentar objetivos e metas estabelecidos preliminarmente pela equipe técnica.

9.5.2. Região: Vila Maria/Palmital/Vila Fagundes/Norte

Data: 19/06/2018

Horário: a definir

Local: Escola Municipal Lívio Múcio Conrado Silva (Sr. Tito)

Endereço: Rua Ana Gonçalves, 814, Palmital

Público-alvo: moradores, representantes de associações e entidades representativas da região.

Objetivo: apresentar objetivos e metas estabelecidos preliminarmente pela equipe técnica, com ênfase nesta região do município.



9.5.3. Região: Lagoinha de Fora/Central/Sudeste

Data: 20/06/2018

Horário: a definir

Local: Escola Municipal Dona Aramita

Endereço: Rua Lagoinha, 2063, Francisco Pereira

Público-alvo: moradores, representantes de associações e entidades representativas da região.

Objetivo: apresentar objetivos e metas estabelecidos preliminarmente pela equipe técnica, com ênfase nesta região do município.

9.5.4. Região Lapinha/Campinho/Noroeste

Data: 21/06/2018

Horário: a definir

Local: Escola Municipal da Lapinha

Endereço: Rua Guilhermina Pereira de Freitas, 395, Lapinha

Público-alvo: moradores, representantes de associações e entidades representativas da região.

Objetivo: apresentar objetivos e metas estabelecidos preliminarmente pela equipe técnica, com ênfase nesta região do município.

9.6. Conferências Municipais – entrega do Produto 4 (Programa, Projetos e Ações) e Produto 5 (Ações para Emergências e Contingências)

Tema: apresentação dos Programas, Projetos e Ações e das Ações para Emergências e Contingências – versão preliminar.

Objetivo: apresentar as ações do PMSB, preliminarmente propostas pela equipe técnica.

9.6.1. Região: Visão/Aeronautas/Sul/Sudoeste

Data: 20/08/2018

Horário: a definir

Local: Escola Municipal Herculano Liberato de Almeida

Endereço: Rua Tenente Luiz Dorneles, 170, Aeronautas



Público-alvo: toda a população. Os líderes populares, os membros e os diretores de entidades representativas da sociedade civil devem ser especialmente convidados.

9.6.2. Região: Vila Maria/Palmital/Vila Fagundes/Norte

Data: 21/08/2018

Horário: a definir

Local: Escola Municipal Lívio Múcio Conrado Silva (Sr. Tito)

Endereço: Rua Ana Gonçalves, 814, Palmital

Público-alvo: moradores, representantes de associações e entidades representativas da região.

Objetivo: apresentar as ações do PMSB, preliminarmente propostas pela equipe técnica, com ênfase nesta região do município.

9.6.3. Região: Lagoinha de Fora/Central/Sudeste

Data: 22/08/2018

Horário: a definir

Local: Escola Municipal Dona Aramita

Endereço: Rua Lagoinha, 2063, Francisco Pereira

Público-alvo: moradores, representantes de associações e entidades representativas da região.

Objetivo: apresentar as ações do PMSB, preliminarmente propostas pela equipe técnica, com ênfase nesta região do município.

9.6.4. Região Lapinha/Campinho/Noroeste

Data: 23/08/2018

Horário: a definir

Local: Escola Municipal da Lapinha

Endereço: Rua Guilhermina Pereira de Freitas, 395, Lapinha

Público-alvo: moradores, representantes de associações e entidades representativas da região.

Objetivo: apresentar as ações do PMSB, preliminarmente propostas pela equipe técnica, com ênfase nesta região do município.



9.7. Entrega do Produto 6 (Termo de Referência para Elaboração do Sistema Municipal de Informações sobre Saneamento Básico) versão digital para aprovação

Data: 18/09/2018

9.8. Oficina – entrega do Produto 7 (Mecanismos e Procedimentos para Avaliação Sistemática do PMSB/Lagoa Santa)

Data: 19/11/2018

Horário: a definir

Local: a definir

Endereço: a definir

Público-alvo: gestores públicos em geral, profissionais da área de TI.

9.9. Consulta Pública (17/12 a 31/12)

Entre os dias 17 e 31 de dezembro de 2018 estará aberta a Consulta Pública sobre o Plano Municipal de Saneamento Básico. A proposta de PMSB ficará disponível no site da Prefeitura Municipal (www.lagoasanta.mg.gov.br), local onde os interessados poderão deixar suas considerações sobre o Plano.

A divulgação será feita por meio de todos os veículos utilizados ao longo do processo de elaboração do PMSB.

9.10. Audiência Pública (evento único)

Data: 18/01/2019

Horário: a definir

Local: a definir (sugere-se Câmara Municipal)

Endereço: a definir

Público-alvo: toda a população.



10. Como divulgar: instrumentos e estratégias

Os instrumentos e estratégias para divulgar um PMSB variam de cidade para cidade. Em Lagoa Santa é possível utilizar uma série de instrumentos de comunicação para atingir a população. A seguir, são descritas orientações estratégicas de comunicação e mobilização a serem adotadas pelos gestores municipais para divulgar, informar, sensibilizar e mobilizar a população para os eventos públicos e para o processo de elaboração do PMSB.

- **Divulgar o evento com pelo menos dez dias de antecedência**, através dos veículos de comunicação disponíveis no município (e conforme orientações descritas neste PCMS).
- **Afixar cartazes em locais públicos** e de ampla circulação de pessoas (Postos de Saúde, escolas, ponto de ônibus e dentro dos próprios ônibus, antessalas de Igrejas, locais de lazer, etc);
- **Entregar cartazes e panfletos** especialmente aos Agentes de Saúde, solicitando que eles afixem cartazes nas comunidades rurais e, na medida do possível, informem aos moradores da área rural sobre os eventos do PMSB.
- **Enviar os panfletos sobre o PMSB** para reuniões das Associações, Conselhos, escolas de ensino médio, sindicatos, e outras entidades representativas do município para que seus membros entrem em contato com a informação de que o Plano de Saneamento Básico está em curso no município;
- **Solicitar aos líderes religiosos** para avisar as pessoas sobre o evento do PMSB na missa (ou culto) do domingo imediatamente anterior ao evento;
- **Utilizar serviços de carro de som** para chamar a população para participar do próximo evento (diante, neste documento, ver sugestão de mensagens).
- **Veicular aviso sobre o próximo evento público sobre o PMSB na rádio local e em periódicos de veiculação local.**
- **Enviar convite via correio ou endereço virtual**, com aviso de recebimento, **para agentes políticos** (vereadores, chefe de gabinete, Secretários Municipais, etc.) e **sociais** (líderes de associações, membros dos conselhos municipais, cooperativas, sindicatos, etc.) atuantes no município.



Buscando dar apoio ao município no processo de elaboração do PMSB, a empresa consultora disponibilizou uma profissional para auxiliar os membros do GT – PMSB em procedimentos que visem a divulgação dos eventos do PMSB, acompanhando-os em procedimentos relacionados à mobilização social visando trazer a população à participação nos eventos do PMSB.

A profissional designada para acompanhar é a jornalista Simone José das Neves Assis. Os contatos dela são: Tel.: (31) 3466-2142 / Celular: (31) 99268-6981 / e-mail: simoneves2002@yahoo.com.br.

Essa profissional será responsável por um processo de **Ouvidoria**, configurado para receber manifestações, sugestões, críticas, tomadas fotográficas indicando problemas localizados referentes aos sistemas de saneamento básico, etc., da população do Lagoa Santa, durante toda a duração da elaboração do PMSB. A Simone receberá a manifestação e a enviará, o mais prontamente possível, ao GT PMSB e à empresa contratada (SHS), para que sejam tomadas as devidas providências.

A população terá, portanto, um número de telefone disponível para enviar dúvidas, sugestões ou críticas relacionadas ao saneamento básico da cidade.

A seguir são apresentadas as estratégias e os instrumentos propostos para divulgação.

10.1. Cartaz

O cartaz é uma ferramenta que permite divulgar o processo de elaboração do PMSB, bem como informações sobre os eventos públicos. Como o público-alvo é bem amplo (toda a população), a linguagem utilizada é simples e direta e as imagens são claras e autoexplicativas.

Os cartazes devem ser preenchidos pelos gestores municipais e pela agente local da SHS, não cabendo sobrecarga dessa tarefa para nenhuma das duas partes. Os cartazes devem ser preenchidos com os dados relativos ao **nome do evento, data, local e horário** e afixados em locais estratégicos, como Unidades Básicas de Saúde, Associações Comunitárias e de Bairro, pontos de ônibus, praças, escolas, instituições religiosas, entidades representativas da sociedade civil e prédios públicos, com a devida autorização. A profissional que será apoio da contratada em Lagoa Santa terá,



dentre outras atividades de divulgação, a tarefa distribuir e afixar os cartazes antes dos eventos públicos, com apoio de outros colaboradores da Prefeitura Municipal ou gestores públicos.

O número de cartazes, por evento, estimado para Lagoa Santa é 100 (cem unidades). Outras informações sobre os períodos de distribuição podem ser acessadas no item 8 deste Plano.

IMPORTANTE: passada a realização do evento, os cartazes devem ser retirados e, por ocasião do próximo evento, colocados novos cartazes, com dados atualizados.

Na Figura 8 a seguir, o modelo do *cartaz*, cujo conteúdo foi elaborado pela empresa contratada e a arte visual desenvolvida pela Prefeitura Municipal, é apresentado.



Figura 8 - Modelos de Cartaz do PMSB de Lagoa Santa



PLANO MUNICIPAL DE

SANEAMENTO BÁSICO
LAGOA SANTA - MG

Participe da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) que vem para adequar, nos próximos 20 anos, os quatro sistemas do saneamento municipal:

-  MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
-  ABASTECIMENTO DE ÁGUA
-  ESGOTAMENTO SANITÁRIO
-  DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS

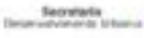
Um Plano bem estruturado permite promover o acesso de toda a população aos serviços do saneamento básico. Investir no PMSB é garantir o crescimento sustentável da cidade e a saúde de todos.

PRÓXIMO EVENTO

NOME DO EVENTO PÚBLICO:

DATA: HORÁRIO: LOCAL:

Participe! Sua contribuição é muito importante!

Assessoria:  www.lagoasanta.mg.gov.br  [prefeituralagoasanta](https://www.facebook.com/prefeituralagoasanta)    **PREFEITURA LAGOA SANTA**
engenharia sustentável

Fonte: Prefeitura Municipal, 2018



Figura 9 - Cartaz das primeiras Conferências

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

LAGOA SANTA - MG

Participe da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) que vem para adequar, nos próximos 20 anos, os quatro sistemas do saneamento municipal:

- MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
- ABASTECIMENTO DE ÁGUA
- ESGOTAMENTO SANITÁRIO
- DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS

Um Plano bem estruturado permite promover o acesso de toda a população aos serviços do saneamento básico. Investir no PMSB é garantir o crescimento sustentável da cidade e a saúde de todos.

CONFERÊNCIAS

Data	Local	Endereço	Horário
07/5	Escola Municipal Herculano Liberato de Almeida	Rua Tenente Luiz Dorneles, 170, Aeronautas	18h30/21h30
08/5	Escola Municipal Lívio Múcio Conrado Silva (Sr. Tito)	Rua Ana Gonçalves, 814, Palmiital	18h30/21h30
09/5	Escola Municipal Dona Aramita	Rua Lagoinha, 2063, Francisco Pereira	18h30/21h30
10/5	Escola Municipal de Lapinha	Rua Guilhermina Pereira de Freitas, 395, Lapinha	19h/22h

Participe! Sua contribuição é muito importante!





10.2. Folder/Panfleto

O *folder* é um instrumento interessante no contexto de divulgação do PMSB. Serve para divulgar informações mais aprofundadas do que as disponibilizadas nos cartazes. Nele é possível descrever com mais detalhes informações como: o que é saneamento básico, quais são os sistemas de saneamento, quais são os objetivos do PMSB, como será feito, além de um convite direto à participação da população.

Por tratar-se de um material com mais conteúdo, a indicação é para que seja amplamente distribuído na rede de ensino, com orientações para que o conteúdo seja trabalhado em sala de aula. Sugere-se, inclusive, que a Prefeitura Municipal proponha um concurso de redação com o tema “Saneamento Básico” ou alguma outra iniciativa semelhante para estimular a participação dos jovens nas etapas do PMSB.

Também é importante que o *folder* seja distribuído nos principais programas de Educação em Saúde e mobilização social e que os líderes utilizem os conteúdos para tratarem dos principais temas relacionados ao saneamento. Eventos culturais também são um bom local para distribuir esse material.

O número de *folders* para Lagoa Santa é 10.000 unidades a serem distribuídas durante todo o processo de elaboração do PMSB. Outras informações sobre os períodos de distribuição podem ser acessadas no item 8 deste Plano.

Na Figura 10 e na Figura 11 a seguir, o modelo de *folder* cujo conteúdo foi elaborado pela empresa contratada e a arte visual desenvolvida pela Prefeitura Municipal e apresentado.

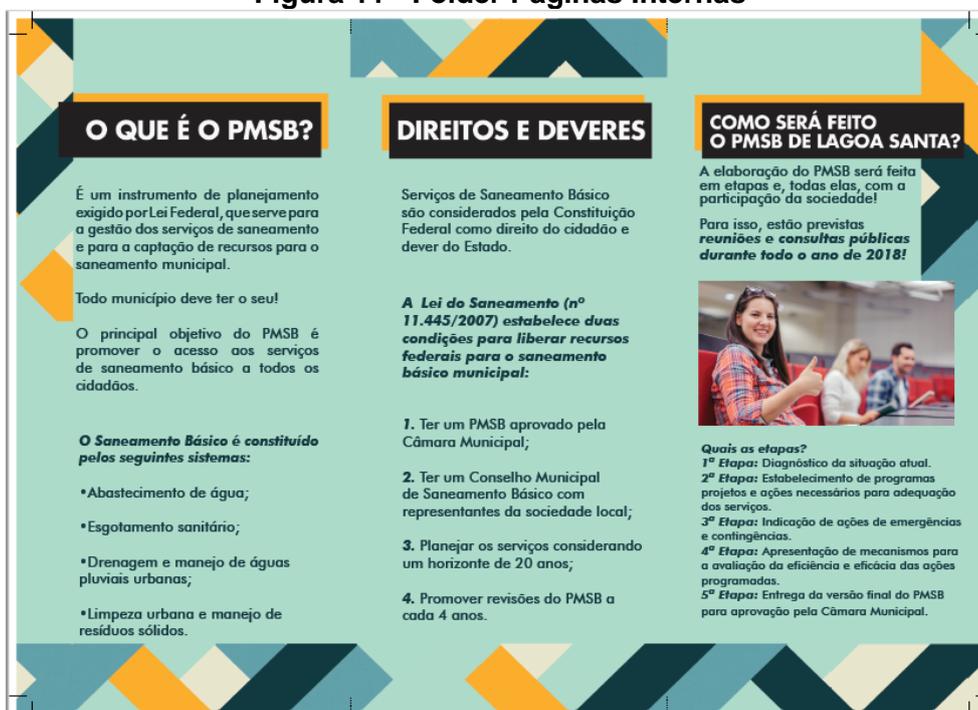


Figura 10 - Folder Páginas Externas



Fonte: Prefeitura Municipal, 2018

Figura 11 - Folder Páginas Internas



Fonte: Prefeitura Municipal, 2018



10.3. Carro de Som

A veiculação de informações em carro de som é amplamente utilizada em algumas cidades. Em Lagoa Santa essa é uma boa ferramenta de divulgação por atingir grande número de pessoas.

Assim, a estratégia é utilizar uma mensagem simples e clara que convide toda a comunidade a participar dos eventos do PMSB. Esta modalidade de propaganda deve abranger o município como um todo, passando pelas principais ruas da região central, assim como pelas ruas mais movimentadas das regiões da Lapinha e Lagoinha de Fora. Considera-se que o carro deva circular pelo menos durante os três dias que antecedem o evento anunciado, em horários variados para garantir que quem trabalha ou passa o dia fora de casa tenha oportunidade de escutar a mensagem e saber que haverá uma reunião pública sobre o saneamento básico.

Se possível, o motorista do carro de som deve manter alguns *folders* para divulgação do PMSB, além de um cronograma com as datas, horários e locais de todos os eventos.

Ao veicular o anúncio, o carro de som não deve ultrapassar a velocidade de 30km/h.

Sugere-se que a mensagem veiculada no carro de som seja também utilizada nos alto-falantes das igrejas, principalmente aos finais de semana e, se possível, antes das missas. Também é interessante utilizar os alto-falantes quando a cidade estiver reunida em eventos festivos e em feriados.

Segue sugestão sobre conteúdo a ser narrado em carros de som e nos alto-falantes.

Para a fase de Divulgação do PMSB:

“Estamos em fase de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico. E logo teremos reuniões para tratar dos sistemas do saneamento, que são: abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais. Informe-se pelo site da Prefeitura e participe das reuniões públicas”.



Para a fase do Diagnóstico:

“Sua comunidade tem problema de água? E de esgoto? Você já viu problemas com o manejo dos resíduos na cidade? E com alagamentos e deslizamentos? Então venha participar do Seminário do Plano Municipal de Saneamento Básico. O próximo evento será (data/hora/local). Participe!”.

Para a fase de Planejamento:

“É hora de planejar um saneamento melhor para Lagoa Santa. E você pode contribuir propondo soluções. Venha participar desse importante momento na cidade. O próximo evento será (data/hora/local)”.

Para a aprovação do Plano:

“Lagoa Santa já tem o seu Plano de Saneamento! Venha compartilhar desta conquista! A Audiência Pública será dia (data/hora/local)”.

Ouçá a seguir o áudio gravado para convidar a população para a reunião preparatória na Escola Municipal da Lapinha (para as reuniões preparatórias das demais localidades somente mudam as datas):



PREFEITURA DE LAGOA SANTA (REUNIÕES - ESCOLA DE LAPINHA) 17 04 2018.mp3

Ouçá também o áudio gravado para convidar a população para participar da Conferência na Escola Municipal da Lapinha (para as Conferências das demais localidades somente mudam as datas):



PREFEITURA DE LAGOA SANTA (CONFERENCIA - ESCOLA DE LAPINHA) 17 04 2018.mp3

Nos Anexo 7 e Anexo 8 também é possível acessar os áudios acima mencionados.



10.4. Site da Prefeitura e mídias sociais

O site da Prefeitura Municipal é um importante espaço para divulgar informações sobre as etapas do PMSB. A sugestão é que seja criada uma área no *site* com o nome **“Plano Municipal de Saneamento Básico”** e que nela sejam disponibilizadas informações sobre o andamento do processo: datas, horários e locais dos eventos, *releases* e informações mais detalhadas sobre os eixos do saneamento e sobre a importância do PMSB.

Sugere-se também que sejam utilizadas as mídias sociais disponíveis (*Facebook, Instagram, etc.*) para ampla divulgação dos eventos.

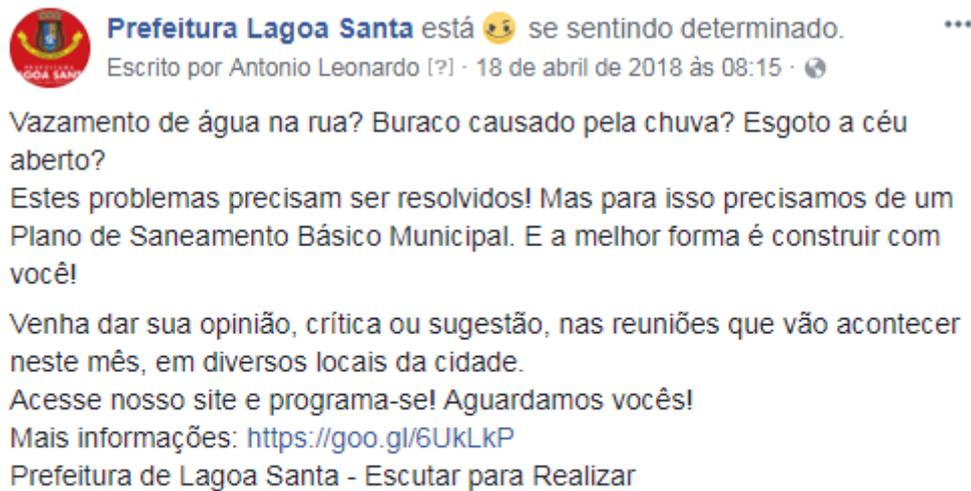
Após aprovado pelo Comitê de Coordenação, cada Produto do PMSB deve ser disponibilizado à população no *site* da Prefeitura. A cada nova publicação, a Prefeitura pode disponibilizar aos veículos de comunicação locais as próximas pautas sobre o PMSB.

Durante todo o processo de elaboração do Plano, sugere-se que a Prefeitura mantenha em seu *site* um serviço de consulta pública (“Fale Conosco”/Ouvidoria), para que os cidadãos possam ter um canal aberto de comunicação com a equipe que conduz o PMSB e possam participar com críticas e sugestões, atentando-se sempre aos prazos estipulados pela Prefeitura.

A seguir, confira um modelo de divulgação utilizado na página do Facebook da Prefeitura.



Figura 12 - Modelo usado na página do Facebook



Fonte: Prefeitura Municipal, 2018

10.5. Whatsapp

O aplicativo de celular Whatsapp também pode ser utilizado no contexto do PMSB. É possível enviar avisos a grupos de interesse sobre as datas das reuniões. A seguir, confira o modelos de convites utilizado para divulgar as reuniões preparatórias.



Figura 13 - Convite para reunião preparatória

PLANO MUNICIPAL DE

SANEAMENTO BÁSICO
LAGOA SANTA - MG

Participe da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) que vem para adequar, nos próximos 20 anos, o sistema do saneamento municipal.

REUNIÃO PREPARATÓRIA

Data	Local	Endereço	Horário
23/4	Escola Municipal Herculano Liberato de Almeida	Rua Tenente Luiz Dorneles, 170, Aeronautas	18h30/20h30

Sua contribuição é muito importante!

PMSB Ouvidoria (31) 9 9560-9519
Acesse: www.lagoasanta.mg.gov.br
prefeiturallagoasanta

SHS engenharia sustentável
Secretaria Desenvolvimento Urbano
PREFEITURA LAGOA SANTA
Exceler para Realizar

Fonte: Prefeitura Municipal, 2018

10.6. Imprensa escrita – jornal e revista

O tema do Saneamento Básico é do interesse de todos, portanto, todos os veículos de comunicação da cidade podem contribuir divulgando informações relacionadas ao PMSB. O tema pode ser abordado sob os mais variados aspectos (pautas com enfoques diferentes): saúde, qualidade de vida, meio ambiente, igualdade de acesso e cidadania, dentre outros.

O jornal é um meio de comunicação em massa que, por suas características de periodicidade e abrangência, pode ser utilizado para atingir uma grande faixa da população.

A revista é uma publicação periódica de cunho informativo ou de entretenimento, diferenciando o público-alvo de acordo com as características do seu conteúdo.



Caso o município possua jornais ou revistas (impressos ou digital), sugere-se a divulgação frequente de informações sobre o PMSB, como:

- Etapas do processo de elaboração do PMSB.
- Divulgação das Consultas e Reuniões Públicas.
- Notícias relacionadas aos eixos do saneamento (sistema de abastecimento de água, sistema de esgotamento sanitário, sistema de drenagem urbana e manejo das águas de chuva, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos).

Em Lagoa Santa foram identificados alguns veículos cuja utilização pela equipe de elaboração do PMSB seria interessante:

Vetor Norte Notícias

<http://www.vetornortenoticias.com.br/category/lagoa-santa/>

Jornal Diferente

<http://www.jornaldiferente.com.br/>

Revista Foco Diferente

<http://www.jornaldiferente.com.br/revista-foco-diferente/>

Portal Impacto

https://www.facebook.com/pg/PortallImpactto/about/?ref=page_internal

10.7. Rádio

A comunicação sobre o PMSB veiculada pelo rádio pode ser realizada por meio de mensagens publicitárias curtas nos intervalos comerciais dos programas das emissoras. Também é interessante veicular mensagens informativas durante programas de notícias da cidade. Sugere-se notas rápidas sobre estatísticas interessantes ligadas ao saneamento básico, ou à falta dele.

Outra possibilidade é utilizar a rádio para tratar do PMSB de maneira mais aprofundada, propondo bate-papos sobre os sistemas do saneamento, tanto com especialistas, quanto com a população que possa apresentar problemas reais. Durante os eventos do PMSB é possível agendar entrevistas com técnicos em saneamento,



aproveitando a presença da população para complementar com informações da realidade local.

Caso a prefeitura tenha disponibilidade, poderá utilizar mensagens publicitárias e material informativo, em linguagem acessível, apresentadas pelo próprio radialista.

No município de Lagoa Santa, sugere-se a veiculação na **Rádio Super FM 87,9 - A Voz de Lagoa Santa.**

10.8. Convite (impresso e digital)

O convite impresso (enviado por correio) ou digital (enviado por e-mail) é uma maneira de informar e mobilizar o convidado para participar da elaboração do Plano.

O convite pode ser elaborado por profissional capacitado, com diagramação específica, logomarcas, cores, etc., bem como pode ser um e-mail que contenha apenas as informações, conforme sugestão mais adiante. O importante é informar o convidado sobre seu papel neste processo, ou seja, sobre a importância de sua participação nos eventos e divulgação para seus pares.

Para isso, é imprescindível que o convite contenha a programação dos eventos, de maneira que o convidado possa se programar para participar.

Alguns atores sociais que podem receber convites são: vereadores, líderes religiosos, líderes de Associações Comunitárias e de Bairros, diretores e coordenadores pedagógicos de escolas e líderes de entidades representativas da sociedade civil. O município também pode expandir esta lista conforme entender ser relevante.

Sugestão de conteúdo para o convite impresso:

Frente:

A Prefeitura Municipal de Lagoa Santa tem o prazer de convidá-lo para participar da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB).

O PMSB é o principal instrumento da política de saneamento do município.

Participe dos eventos e ajude a construir o futuro da nossa cidade!



Verso:

Programação:

Nome do Evento:

Data:

Local:

Horário:

10.9. E-mail Marketing

O *e-mail marketing* também pode ser usado para atingir um grande número de pessoas. Para tanto, é preciso ter uma lista de contatos e disparar um comunicado com antecedência, por exemplo, com convites para os eventos públicos. A sugestão é que uma vez por mês seja encaminhado um *e-mail* para esses contatos com informações sobre o PMSB (etapas do Plano, informações sobre os eventos, etc.).

Este procedimento deve ser assumido pelo responsável da área de Comunicação na Prefeitura ou pela assessoria de imprensa

10.10. Press Release

O *press release*, ou comunicado à imprensa, é uma ferramenta usada na atividade de assessoria de imprensa, normalmente redigido por um profissional da área de Comunicação e que permite, quando amplamente divulgado, dar maior visibilidade ao PMSB e aos eventos.

A sugestão para a área de Comunicação da Prefeitura é que sejam elaborados *press releases* mensais, abordando as etapas do PMSB, para que sejam enviados por *e-mail* para os veículos municipais de comunicação e publicados no *site* da Prefeitura e nas mídias sociais.

Sugestões de conteúdos a serem tratados em cada etapa:

- **Para a fase do Diagnóstico:**

É hora de levantar problemas e potencialidades. A comunidade deve ser convidada a levar para o evento os problemas e potencialidades relativos ao saneamento básico da sua localidade.



- **Para a fase de Planejamento:**

É hora de planejar um saneamento melhor para a cidade. O *release* deve sugerir que a comunidade participe desse importante momento, levando soluções que se ajustem à realidade local.

- **Para a definição das ações:**

O *release* desta etapa deve convidar a população para participar do evento cujo objetivo é definir as ações de curto, médio e longo prazos que irão melhorar o saneamento da comunidade.

- **Para a Audiência Pública:**

O *release* desta etapa deve convidar a população para o evento de validação social do Plano construído.

Sugere-se que a Prefeitura envie, além de releases, convites específicos aos jornalistas para participarem de Coletivas de Imprensa. As coletivas de imprensa são muito interessantes do contexto do PMSB. Quando os jornalistas e os veículos de comunicação entendem a importância da temática e se interessam em divulgar os eventos públicos, a população é muito beneficiada e a participação aumenta. Sem contar que, em coletivas de imprensa, os jornalistas podem tirar dúvidas com os técnicos disponíveis e preparar matérias mais informativas e corretas.

As Coletivas de Imprensa devem ser realizadas uma hora antes dos eventos públicos, em local reservado e, se possível, com um lanche oferecido pela Prefeitura. Sugere-se que os convites aos jornalistas sejam enviados com uma semana de antecedência e que no dia antes do evento seja feito um follow up (acompanhamento), ligando ou enviando um email para confirmar a presença.

10.11. Faixa

A faixa, no contexto do PMSB, é uma ferramenta utilizada principalmente para divulgar as informações dos eventos públicos. Deve ser afixada pelo menos 7 dias antes, em locais de grande circulação e/ou na fachada do local onde será realizado o evento, devendo ser retirada logo após a data de realização do mesmo. O conteúdo da faixa é basicamente: nome do evento, data, horário e local. Sugere-se ainda que sejam



utilizadas frases que sirvam para informar a etapa de discussão em que se encontra o PMSB.

O tamanho adequado para esse tipo de faixa é 5,0m X 1,0m. Como nem sempre é possível colocá-la em local abrigado, é recomendável que seja produzida com material resistente às intempéries climáticas (lona plástica).

De uma forma geral, a faixa deve conter:

- 1) O nome do anfitrião do evento;
- 2) O nome do evento a ser realizado em destaque;
- 3) Data, local e Horário do evento na parte central da faixa;
- 4) Uma frase que resuma a melhor maneira de participação do cidadão neste evento, por exemplo:

Para o Diagnóstico: “Traga os problemas de saneamento que ocorrem em seu bairro! Colabora com o Poder Público para resolvê-los!”

Para o Prognóstico: “Saneamento básico em seu bairro...O que resolver primeiro? Venha estabelecer metas junto com a Prefeitura”

Para o estabelecimento de ações: É hora de estabelecer ações para resolver as questões de saneamento. Venha discutir projetos e ações para o seu bairro!

10.12. Campanhas

A seguir são apresentados os quadros (Quadro 3, Quadro 4, Quadro 5 e Quadro 6) com sugestões para campanhas de divulgação do PMSB e dos eventos públicos:



Quadro 3 - Ficha de justificativas de escolhas técnicas para divulgação do lançamento do PMSB/Lagoa Santa

PROPOSTA:		
Campanha de divulgação para lançamento do PMSB/Lagoa Santa		
Data do início da divulgação: 22/02/2018		
Data do término da divulgação: 22/04/2018		
Recursos a serem utilizados	Quantitativos sugeridos	Custos estimados (R\$)
Folders/Panfletos com conteúdos sobre o PMSB.	4.000 folders para serem distribuídos em Escolas do Ensino Médio; Postos de Saúde e em todas os eventos realizados pela Prefeitura Municipal de LS.	R\$ 2.645,00 (para impressão de 10.000 folders – Orçamento feito em Lagoa Santa – em análise).
Site e Facebook da Prefeitura	Uma matéria com fotos contando sobre a Reunião de apresentação do Produto 1; Uma matéria informando a população sobre a importância do saneamento básico para questões relativas à saúde e qualidade de vida.	A SHS fornece a matéria.
Rádios: participação em programas informativos.	1 Inserção em rádio de importância local abordando o tema do saneamento básico. O conteúdo deve tratar do lançamento do PMSB e dizer que participação de todos é muito importante para a legitimidade do Plano.	Sem custo. Sugestão: enviar release para Assessorias de Imprensa de rádios locais solicitando espaço para informe de interesse público.



Quadro 4 - Ficha de justificativas de escolhas técnicas para divulgação da Conferência Pública para Apresentação do Diagnóstico da situação atual dos Serviços de Saneamento Básico de Lagoa Santa

PROPOSTA: Divulgação da Conferência Pública para Apresentação do Diagnóstico da situação atual dos Serviços de Saneamento Básico de Lagoa Santa		
Data do início da divulgação: 16/04/2018 Data do término da Divulgação: 10/05/2018		
1. Data Conferência Pública na região Visão/Aeronautas/Sul/sudoeste: 07/05/2018 Local: Escola Municipal Herculano Liberato de Almeida Endereço: Rua Tenente Luiz Dorneles, 170, Aeronautas Capacidade recomendada: 50 lugares		
2. Data da Conferência na região Vila Maria/Palmital/Vila Fagundes/Norte: 08/05/2018 Local: Escola Municipal Lívio Múcio Conrado Silva (Sr. Tito) Endereço: Rua Ana Gonçalves, 814, Palmital Capacidade recomendada: 50 lugares		
3. Data da Conferência na região Lagoinha de Fora/Central/Sudeste: 09/05/2018 Local: Escola Municipal Dona Aramita Endereço: Rua Lagoinha, 2063, Francisco Pereira Capacidade recomendada: 50 lugares		
4. Data da Conferência na região Lapinha/Campinho/Noroeste: 10/05/2018 Local: Escola Municipal da Lapinha Endereço: Rua Guilhermina Pereira de Freitas, 395, Lapinha Capacidade recomendada: 50 lugares		
Recursos a serem utilizados	Quantitativos sugeridos	Custos estimados(R\$)
Cartazes	50 cartazes impressos para cada região.	A Coordenadoria de Comunicação da Prefeitura de Lagoa Santa assumiu a impressão dos cartazes.
Folders	3.000 para serem distribuídos em Escolas do Ensino Médio e Profissionalizante; associações e instituições sociais sugeridas; em campanhas socioambientais realizadas pela Prefeitura.	Custo total estimado no Quadro 3.



Carro de Som circulando pela cidade em bairros diversos, importante passar na região onde ocorrerão os eventos, além da Área Central, Lagoinha de Fora e Lapinha, e áreas de interesse social.	4 dias, 1 dia por região onde acontecerão as reuniões.	R\$ 80,00 para gravação (sugestão de conteúdo da gravação consta no item 10.3 deste documento).
Site da Prefeitura Facebook da Prefeitura	Uma matéria com fotos matéria sobre a Reunião de apresentação do Produto 1; Uma matéria convidando a população para participar das Conferências Públicas.	Sem custo. SHS prepara o conteúdo e a Coordenadoria de Comunicação da Prefeitura pública publica.
Convites Digitais	60 para serem enviados a convidados estratégicos (vereadores, autoridades; representantes das prestadoras de serviços relacionadas ao saneamento); importante que no convite conste o cronograma de reuniões públicas (envio 7 dias antes da reunião)	Sem custo.
Releases e notas para Imprensa	Sugestão de pauta: informar a população sobre a 1ª Conferência Pública; Um convite para Coletiva de Imprensa (envio de convite dia 02/05).	Sem custo.



Quadro 5 - Ficha de Justificativas de escolhas técnicas para Divulgação da Conferência Pública para apresentação das propostas de Ações e Programas para intervenção nos Serviços de Saneamento Básico de Lagoa Santa

PROPOSTA:

Conferência Pública para apresentação das propostas de Ações e Programas para intervenção nos Serviços de Saneamento Básico de Lagoa Santa

Data do início da divulgação: 01/08/2018

Data do término da Divulgação: 23/08/2018

1. Data Conferência Pública na região Visão/Aeronautas/Sul/sudoeste:
20/08/2018

Local: Escola Municipal Herculano Liberato de Almeida

Endereço: Rua Tenente Luiz Dorneles, 170, Aeronautas

Capacidade recomendada: 50 lugares

2. Data da Conferência na região Vila Maria/Palmital/Vila Fagundes/Norte:
21/08/2018

Local: Escola Municipal Lívio Múcio Conrado Silva (Sr. Tito)

Endereço: Rua Ana Gonçalves, 814, Palmital

Capacidade recomendada: 50 lugares

3. Data da Conferência na região Lagoinha de Fora/Central/Sudeste: 22/08/2018

Local: Escola Municipal Dona Aramita

Endereço: Rua Lagoinha, 2063, Francisco Pereira

Capacidade recomendada: 50 lugares

4. Data da Conferência na região Lapinha/Campinho/Noroeste: 23/08/2018

Local: Escola Municipal da Lapinha

Endereço: Rua Guilhermina Pereira de Freitas, 395, Lapinha

Capacidade recomendada: 50 lugares



Recursos a serem utilizados	Quantitativos sugeridos	Custos estimados (R\$)
Cartazes	50 cartazes para cada região.	A Coordenadoria de Comunicação da Prefeitura de Lagoa Santa assumiu a impressão dos cartazes.
Folders	2.000 para serem distribuídos em instituições religiosas; feiras livres.	Custo total estimado no Quadro 3.
Carro de Som circulando pela cidade em bairros diversos, importante passar na região onde ocorrerão os eventos (Área Central, Lagoinha de Fora e Lapinha) e áreas de interesse social.	4 dias, 1 dia por região onde acontecerão as reuniões.	R\$ 80,00 para gravação (sugestão de conteúdo da gravação consta no item 10.3 deste documento).
Site da Prefeitura Facebook da Prefeitura	Uma matéria convidando a população para participar das Conferências e levar suas sugestões de melhoria para o saneamento básico da cidade.	Sem custo. A SHS apoia com conteúdo.
Releases para Imprensa	Sugestão de pauta: informar a população sobre a 2ª Conferência Pública; Um convite para Coletiva de Imprensa (envio de convite dia 20/08).	Sem custo.



Quadro 6 - Ficha de Justificativas de escolhas técnicas para Divulgação da Audiência Pública

PROPOSTA: Audiência Pública para aprovação do PMSB de Lagoa Santa.		
Data do início da divulgação: 02/01/2019 Data do término da Divulgação: 18/01/2019		
1. Data Audiência Pública: 18/01/2019 Local: a definir Capacidade recomendada: 200 lugares		
Recursos a serem utilizados	Quantitativos sugeridos	Custos estimados (R\$)
Cartazes	300 cartazes impressos com dados sobre a Audiência Pública	A Coordenadoria de Comunicação da Prefeitura de Lagoa Santa assumiu a impressão dos cartazes.
Folders	1.000 para serem distribuídos em eventos festivos e culturais;	Nenhum custo para distribuição. A prefeitura deve indicar voluntários para distribuir. A Simone ajuda.
Carro de Som circulando pela cidade em bairros diversos, importante passar na região onde ocorrerão os eventos (Área Central, Lagoinha de Fora e Lapinha) e áreas de interesse social.	7 dias (de 11/01/2019 a 18/01/2019, com exceção de domingo) passando por todas as regiões de interesse.	R\$ 80,00 para gravação (sugestão de conteúdo da gravação consta no item 10.3 deste documento).
Site da Prefeitura Facebook da Prefeitura	Uma matéria convidando a população para participar desse importante momento da cidade: a aprovação do PMSB: é hora de comemorar!	Sem custo. A SHS apoia com conteúdo.
Releases para Imprensa	Sugestão de pauta: convidar a população para a aprovação do PMSB: a participação de todos é muito importante para a legitimidade do Plano. Um convite para Coletiva de Imprensa (envio de convite dia 14/01/2019).	Sem custo.



11. Relatório da Primeira Reunião Pública

A 1ª Reunião Pública realizada em Lagoa Santa, no âmbito do PMSB, teve como tema a apresentação da versão preliminar do PRODUTO 1 - Plano de Trabalho e Plano de Comunicação e Mobilização Social. A Reunião foi realizada no Auditório do CAM, situado na Avenida Acadêmico Nilo Figueiredo 2500 lj 28, auditório 1, das 9h às 12h, do dia 15 de março de 2018.

A lista de presença da reunião consta no Anexo 5 deste documento.

A foi gravada (áudio) para servir como Ata. Os arquivos estão no Anexo 6.

Na ocasião, o Plano de Trabalho foi apresentado por Sheila Villela, coordenadora técnica dos trabalhos do PMSB, que tratou dos seguintes assuntos:

- Equipe Técnica da SHS e as funções de cada profissional envolvido com o PMSB;
Informações sobre o Processo Licitatório nº 099/2017 e o Contrato de Prestação de Serviços nº 001/2018;
- Informações sobre os quatro sistemas do Saneamento Básico e sobre a Lei 11.445/2007 (“Lei do Saneamento”);
- Descritivo de todos os Produtos a serem entregues por ocasião da elaboração do PMSB;
- Responsabilidades da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa e da empresa contratada (SHS).

Na segunda parte da reunião, o Plano de Comunicação e Mobilização Social (PCMS) foi apresentado por Ana Carolina do Prado, coordenadora de comunicação e mobilização, que tratou dos seguintes assuntos:

- Ações sugestivas para comunicação e mobilização social (o que fazer).
- Objetivos do PCMS: indicar mecanismos para informar, sensibilizar e mobilizar a população para o processo de elaboração do PMSB; orientar os gestores públicos na busca de participação social para a elaboração do PMSB de Lagoa Santa; indicar estratégias de comunicação e mobilização para divulgar as etapas do PMSB; indicar os temas a serem abordados em cada evento do PMSB (por que fazer).



- Atores e parceiros do PMSB: atribuições dos membros dos Comitês Executivo e de Coordenação, indicação de nomes e funções dos membros (apresentados em versão preliminar); atribuições dos Delegados a serem escolhidos (com quem fazer).
- Apresentação do cronograma dos eventos do PMSB (quando fazer).
- Metodologias: reuniões, seminários, oficina, debates, conferências municipais, audiência pública (como fazer).
- Instrumentos: cartazes, folders, carro de som, convites digitais, faixas; e mídias: site e facebook da Prefeitura, grupos de whatsapp, rádios, jornais e revistas locais (como divulgar).
- Divulgação do serviço de Ouvidoria do PMSB.

A seguir são apresentadas algumas tomadas fotográficas da reunião de apresentação do PMCS.

Figura 14 - Tomadas Fotográficas da 1ª Reunião Pública



Fonte: Prefeitura Municipal, 2018

A lista de presença dessa reunião está apresentada no Anexo 5 deste documento.



12. Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001.** Institui o Estatuto das Cidades. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF.

BRASIL. **Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.** Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF.

BRASIL. **Decreto 7.217 de 21 de junho de 2010.** Regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 3 de agosto de 2010, Brasília, DF.

BRASIL. **Decreto nº 7.404 de 23 de dezembro de 2010.** Regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

BRASIL. **Decreto nº 9.254 de 29 de dezembro de 2017.** Altera o Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, que regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. Conceito de Oficina. Disponível em: <<http://educacaointegral.org.br/glossario/oficinas/>>. Acesso em: 03/02/2017.

REPENTE, Audiências Públicas. PÓLIS - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, nº 24, Dez/2005. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/1042/1042.pdf> >. Acesso em: 03/02/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA. **Termo de referência para contratação de consultoria para elaboração do plano municipal de saneamento básico para o município de Lagoa Santa-MG.** Concorrência Pública nº 005/2017.



13. Anexos



Anexo 1 - Minuta de notificação para fornecimento de informações



Favor imprimir em papel timbrado da Prefeitura Municipal e providenciar para que todas as secretarias municipais e entidades atuantes em Lagoa Santa – MG, que disponham de dados e informações (registros, estudos, programas, indicadores, estatísticas, etc.) considerados relevantes para o saneamento básico municipal, sejam notificadas.

NOTIFICAÇÃO OFICIAL

A Lei nº 11.445/2007, conhecida como “Lei do Saneamento Básico”, e o Decreto nº 7.217/2010, que a regulamentou, tornaram obrigatória a elaboração do Plano de Saneamento Básico pelo titular dos serviços (o Município), considerando como saneamento básico o conjunto de serviços, infraestruturas, instalações operacionais e informações gerenciais relacionados ao sistema de abastecimento água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

O decreto mencionado também determinou que, a partir de dezembro de 2017, o acesso a recursos da União, quando destinados a serviços de saneamento básico, estará condicionado à existência de Plano Municipal de Saneamento Básico.

Assim, em conformidade com a legislação vigente, a administração municipal, representada pelo Prefeito, deu início ao estabelecimento da Política Municipal de Saneamento Básico através da contratação de uma empresa consultora, a *SHS – Consultoria e Projetos de Engenharia Ltda. EPP*, para apoiar a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de Lagoa Santa - MG.

Segundo o Ministério das Cidades, “o poder público local tem a responsabilidade institucional de elaborar seu PMSB”. Consciente desta responsabilidade, o município criou, no âmbito do processo de elaboração do PMSB, os *Comitês de Coordenação e Executivo*, este último com a atribuição fundamental de elaborar o PMSB, sempre apoiado pela empresa contratada.

Logo na primeira etapa do Plano, a empresa contratada deve iniciar o levantamento de dados para viabilizar a apresentação de um diagnóstico da situação atual dos serviços de saneamento básico no município.

Assim, baseando-se na Lei do Saneamento, em seu decreto regulamentador e na Lei de Acesso a Informações (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), que



dispõe sobre os procedimentos que asseguram o direito fundamental de acesso à informação devendo ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública, a Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, a qual represento, conclama e autoriza as Secretarias Municipais, autarquias, concessionárias, prestadores de serviços, empresas privadas, conselhos municipais e outras entidades que prestam à municipalidade serviços que sejam ligados direta ou indiretamente com o saneamento básico, a fornecer informações de caráter operacional e gerencial - incluindo dados de gestão e regulação, assim como informações de natureza financeira à equipe encarregada de elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de Lagoa Santa - MG.

A empresa contratada apresentará aos setores públicos e às demais entidades envolvidas os questionários e questionamentos necessários à configuração do PMSB. Àquela solicitação de dados e informações que não for possível atender, o gestor público ou o prestador de serviços deverá justificar os motivos.

Para facilitar a comunicação entre a coordenação do PMSB e a empresa contratada, podem ser usados os e-mails: joãopaulo@shs.com.br ou sheila@shs.com.br.

Esclarece-se que as atividades desenvolvidas pela SHS serão conhecidas publicamente através de relatórios técnicos previstos em contrato, que serão disponibilizados à população, depois de analisados e aprovados pelo Comitê de Coordenação do PMSB, legalmente instituído para esta e outras finalidades integrantes do processo de elaboração do PMSB de Lagoa Santa - MG.

Certo de contar com a colaboração dos gestores públicos e demais prestadores de serviços relacionados ao saneamento básico no município de Lagoa Santa, firmo a presente Notificação Oficial.

Lagoa Santa, **XX** de **XXXXXXX** de 2018.

(nome do Prefeito)

Prefeito Municipal de Lagoa Santa – MG



Anexo 2 - Cronograma de atividades



Anexo 3 - Decreto da instituição dos Comitês do PMSB



Anexo 4 - Matéria divulgada no *site* da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa



Anexo 5 - Lista de presenças da 1ª Reunião Pública



Anexo 6 - Arquivos em áudio da gravação da 1ª Reunião Pública do PMSB de Lagoa Santa



Anexo 7 - Áudio convite para a Reunião Preparatória na Escola Municipal da Lapinha



Anexo 8 - Áudio convite para Conferência na Escola Municipal da Lapinha